Projeto Curricular de Agrupamento

2013 - 2017

"Construir o Projeto Curricular de Escola na base de uma lógica profissional é navegar no rio da mudança, rumo à margem da experiência, da inovação, da autonomia conquistada, da responsabilidade partilhada, abandonando o flanco da regulação, da aplicação da norma, da autonomia decretada".

Pacheco, José A. (2002), Construção e Avaliação do Projeto Curricular de Escola

Porque, segundo Kant, a Pessoa é um fim, nunca meio para qualquer fim.

ÍNDICE

Lista de Acrónimos 6

1. Introdução 8

1.1. Conceito de Projeto Curricular de Agrupamento 10

1.2. Intenções do Projeto Curricular de Agrupamento 11

1.3. Áreas Prioritárias de Intervenção 12

1.4. Educação para a Cidadania 13

1.5. Promoção de um Ensino de Qualidade 14

1.6. Currículo/Competências 15

1.7. Estruturas de Orientação Educativa 18

2. Aspetos Organizacionais/Funcionais 21

2.1. Horários 21

2.2. Formação das Turmas 22

2.3. Reuniões de Conselhos de Turma 23

2.3.1. Regimento de Conselho de Turma(CT) 23

2.4. Oferta Educativa – Planos Curriculares 29

2.4.1. Educação Pré-Escolar 29

2.4.2. 1º Ciclo 31

2.4.3. 2º Ciclo 32

2.4.4. 3º Ciclo 33

2.4.5 - Ensino Secundário 33

2.4.6. PERCURSO CURRICULAR ALTERNATIVO 35

2.4.7. Curso VOCACIONAL 36

2.4.8. Cursos de educação e Formação..... 37

2.4.9. Cursos Profissionais..... 38

3. Estrutura Curricular 43

3.1. Áreas Curriculares Disciplinares 43

3.1.1. Educação Pré-Escolar..... 43

3.1.2. Primeiro Ciclo..... 44

3.1.3. Segundo E Terceiro Ciclos e Ensino Secundário 45

3.2. Apoio ao Estudo 46

3.3. Apoio Pedagógico Acrescido..... 46

3.3.1. Regulamento para Medidas de Apoio Pedagógico..... 47

3.4. PNL e Educação Literária..... 50

3.5. Educação PARA A SAÚDE..... 52

3.6. Clube de Artes..... 57

3.7. Plano Tecnológico da Escola (PTE)..... 60

3.8. Clube da Floresta..... 62

3.9. Estruturas de Apoio..... 65

3.9.1 Regimento da Equipa Multidisciplinar (EM) 65

3.9.2. Gabinete de INFORMAÇÃO E Apoio ao Aluno (GiAA)..... 68

3.9.3. Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) 70

3.9.4. Educação Especial (EE)..... 72

3.9.5. Apoio Social Escolar 75

3.9.6. Bibliotecas Escolares/ Sala de Estudo/ Sala Multimédia 75

3.9.7. Atividades de Apoio e Enriquecimento Escolar 79

4. Critérios Uniformes de Avaliação..... 84

5. Interação com os Planos de AÇÃO DE Turma (PAT) 94

6. Avaliação do PCA 103

LISTA DE ACRÓNIMOS

AEVA – Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo

AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular

APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

APA – Apoio Pedagógico Acrescido

ASE – Ação Social Escolar

BE/CRE – Biblioteca Escolar/Centro de recursos Educativos

BEDA - Biblioteca Escolar do Centro Escolar Domingos Abreu

BERC - Biblioteca Escolar do Centro Escolar do Cávado

BERO – Biblioteca Escolar de Rossas

BEVA – Biblioteca Escolar Vieira de Araújo

CE – Centro Escolar

CEF – Curso de Educação e Formação

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

CID – Centro de Inclusão Digital

CNE – Comissão Nacional de Educação

CNEFF – Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais

CLC – Cultura Língua e Comunicação

CNL – Concurso Nacional de Leitura

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRIE – Computadores, Redes e Internet na Escola

CRPG – Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

DE – Direção Executiva

DG – Delegado de Grupo

DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

DT – Diretor de Turma

EB – Ensino Básico

EE – Encarregado de Educação

EE – Ensino Especial

EM – Equipa Multidisciplinar

GIAA – Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno

JI – Jardim de Infância

LC – Língua e Comunicação

ME – Ministério da Educação

MTSS – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NICIF – Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais

PAA – Plano Anual de Atividades

PAM – Plano de Ação da Matemática

PAT – Plano de Ação de Turma

PCA – Projeto Curricular de Agrupamento

PDE – Programa de Desporto Escolar

PEA – Projeto Educativo de Agrupamento

PEI – Programa Educativo Individual

PIT – Plano Individual de Transição

PNL – Plano Nacional de Leitura

PROSEPE – Projeto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

1. INTRODUÇÃO

A Escola portuguesa desenvolve a sua atividade dentro das coordenadas delineadas em diplomas que normalizam as suas práticas, e é orientada por documentos estruturantes que corporizam os princípios em que se fundamenta a nossa sociedade.

O Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo (AEVA) elaborou o seu Projeto Educativo (PE), no respeito pelas diretrizes da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos, mas sobretudo com uma especial atenção às especificidades e prioridades educativas e do conceito de pessoa, tendo como fim o desenvolvimento integral de todos os alunos. Agora, cumpre-se, através do Projeto Curricular de Agrupamento (PCA), dar um outro passo fundamental. Tem-se em vista, deste modo, a passagem do abstrato dos diplomas e dos currículos definidos numa lógica nacional, para uma lógica mais local e concreta, onde se consideram as especificidades da Comunidade que o AEVA serve. Neste Projeto vislumbram-se já as traves mestras do fazer educação, neste espaço concreto e único. Assim, estruturam-se, congregam-se e canalizam-se recursos humanos e materiais, buscam-se sinergias, apontam-se estratégias de ação, estabelecem-se metas. Dá-se expressão ao ato educativo, nas múltiplas facetas que os tempos de hoje nos exigem.

Concebe-se, aqui, que a função da Escola vai muito para além da transmissão de conhecimentos. Cumpre-lhe promover a formação integral do indivíduo – cidadão crítico, responsável, autónomo e com capacidade para intervir na comunidade. Nesse sentido, pretende-se estabelecer uma dinâmica educativa pluridimensional, que não exclua nenhuma das dimensões sobre as quais assenta a vida do Homem atual - a cidadania, a língua e a cultura, a ciência e a tecnologia, a nossa dimensão europeia e cosmopolita, a educação ambiental, para a saúde e para a sustentabilidade, a aprendizagem ao longo da vida, a prática desportiva, a igualdade na diferença, a tolerância, a autoestima e o sucesso existencial.

Em concreto, espera-se do AEVA uma intervenção efectiva em áreas prioritárias e problemáticas consensualmente sinalizadas, no sentido de se ultrapassarem os problemas diagnosticados. Assim, as metas são: **combater a indisciplina** e o **insucesso escolar** e **promover a cidadania e a sustentabilidade**. Ou seja, criar condições para o sucesso escolar; contribuir para a melhoria dos índices de escolaridade da população do concelho; melhorar as expectativas dos pais e alunos em relação à escola; atingir índices mais aceitáveis de proficiência na língua materna e nas línguas estrangeiras, na Matemática e nas Ciências; contribuir para o enriquecimento e aquisição de hábitos de consumo cultural; promover relações interpessoais no respeito pelos princípios da cidadania; contribuir para uma efetiva sensibilidade ambiental e para a interiorização de hábitos de vida saudável (educação sexual, alimentação, higiene, atividade física e desportiva…); promover as competências no uso das novas TIC, erradicar o abandono escolar, ou seja, promover o desenvolvimento integral de

todos os alunos. Assim o consagra o PE, e os passos concretos para atingir tais metas dão-se todos os dias, de acordo com o PCA que agora se reformula.

Com a elaboração do PCA definem-se as orientações que permitem à Escola construir o seu processo de autonomia, considerando que este processo ganha voz, pelo pulsar do próprio Agrupamento, contando para a sua operacionalização as práticas pedagógicas aí desenvolvidas.

O presente documento propicia ainda a compreensão necessária para garantir a retificação e a mudança, pretendendo uma avaliação contextualizada que tenha em conta os processos e não apenas os produtos.

1.1. CONCEITO DE PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

> Quando eu ouço, eu esqueço.
>
> Quando eu ouço e vejo, eu relembro um pouco.
>
> Quando eu ouço, vejo e faço questões ou discuto com alguém, eu começo a compreender.
>
> Quando eu ouço, vejo, discuto e faço, eu adquiro conhecimento e destrezas.
>
> Quando eu ensino a outro, eu conheço a fundo.
>
> Autor desconhecido

O PCA é o conjunto de processos/ações de construção coletiva que concretizam as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didáticas, adequando-as ao contexto do nosso Agrupamento. Este processo de construção e de adequação do currículo ao contexto específico da escola, tendo em conta as necessidades dos alunos, realiza-se no seio dos departamentos/grupos disciplinares pela articulação e sequencialidade dos conteúdos, dando origem a aprendizagens significativas, numa perspetiva integrada e interdisciplinar de saberes. Para que esta forma de desenvolvimento seja realmente concretizada, importa garantir alguns aspetos fundamentais para a construção de situações significativas, e que devem mostrar a ação do professor:

Os alunos devem:

- Construir compreensão e conhecimentos profundos relacionando os saberes;

- Sentir-se implicados nas situações de aprendizagem e devem participar de forma colaborativa e assertiva ao nível da escolha de atividades, de temas e de materiais;

- Ser estimulados a realizar com sucesso as aprendizagens;

- Desenvolver competências;

- Ser implicados no processo de avaliação das suas aprendizagens.

Neste contexto, o PCA encontra-se diretamente relacionado com o PE do Agrupamento e apoia-se nele para dar sentido e voz a uma formação integral do aluno, entendendo-o como Pessoa, tendo por base os valores de cidadania que aí se espelham, temos, então, o dever de:

- Propiciar uma Escola Atrativa, Ativa e Dinâmica;

- Motivar os Alunos para as aprendizagens e desenvolvimento de competências;

- Integrar todos os alunos na Comunidade Escolar;

- Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos;

- Propiciar a todos e por todos, bem-estar com responsabilidade e valores cívicos.

1.2. INTENÇÕES DO PROJETO CURRICULAR DE AGRUPAMENTO

Este Agrupamento tem desenvolvido uma dinâmica/projeto de modelo curricular de modo a reforçar a integração dos projetos formativos existentes ao nível das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.

No PCA, em articulação com o PE, destacam-se áreas prioritárias de intervenção, que se revestem de grande importância para o sucesso escolar dos jovens e para o seu desenvolvimento enquanto pessoas e cidadãos, ou seja, o seu desenvolvimento integral, quiçá o sucesso existencial.

1.3. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO

Assegurar o domínio da Língua Portuguesa, enquanto suporte fundamental de comunicação e expressão, do acesso ao conhecimento, da criação e função da cultura e da participação na vida social;

Desenvolver a capacidade de resolução de problemas;

Desenvolver a capacidade de raciocínio e memória;

Promover a aquisição de técnicas elementares de pesquisa e organização de dados;

Incentivar e desenvolver a cooperação com os outros, a autonomia e a responsabilidade;

Promover o desenvolvimento de valores, atitudes e padrões de comportamento que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática;

Promover o espírito de iniciativa e a participação dos alunos na vida escolar, interpessoal e social;

Diminuir a diferença entre os resultados da avaliação externa e os de avaliação interna, promovendo um maior empenho pedagógico;

Fomentar a cooperação, reflexão e articulação curricular intra e inter ciclos e outros níveis de ensino;

Investir na divulgação e visibilidade de trabalhos pedagógicos dos alunos;

Desenvolver atividades de enriquecimento curricular e projectos de desenvolvimento educativo e de ocupação de tempos livres, que promovam o sucesso educativo e previnam o insucesso e o abandono escolar;

Criar condições que permitam apoiar carências individualizadas;

Detetar e estimular aptidões específicas e precocidades;

Desenvolver alternativas para os alunos com dificuldades em acompanhar o percurso educativo regular;

Continuar a investir no desenvolvimento de sensibilidade estética e criatividade;

Promover o hábito e gosto pela leitura, como motor do desenvolvimento cognitivo, emocional, pessoal, interpessoal, social e integral, com projetos conjuntos para todos os ciclos do AEVA;

Otimizar a capacidade de raciocínio e o desenvolvimento da abstração através de projetos planificados e envolventes;

Promover todos os valores cívicos, nomeadamente a atitude pró-ativa face ao desenvolvimento sustentado;

Promover, incentivar e fomentar a autoavaliação e o espírito crítico.

1.4. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Encorajar os alunos a serem agentes participativos e implicados nos processos de tomada de decisão que dizem respeito à Escola, numa perspetiva de partilha comum;

Promover e desenvolver a autoestima, a autonomia e a responsabilidade;

Dialogar e debater sobre aspetos essenciais da cidadania, promovendo, assim, uma reflexão sobre normas e valores;

Estimular as relações interpessoais, tendo sempre presente os papéis diferenciados atribuídos a cada um dos agentes do processo educativo;

Promover a participação em atividades que propiciem a reflexão, o espírito crítico e o debate;

Fomentar a participação em atividades que estimulem o associativismo;

Incentivar a realização de intercâmbios culturais e desportivos que desenvolvam a interação com o outro;

Promover uma cultura de tolerância e flexibilidade;

Dar a conhecer mundos outros e outros mundos;

Promover a sensibilidade pelo outro e a solidariedade;

Incentivar, valorizar e premiar o empenho, dedicação e capacidade de trabalho;

Promover o desenvolvimento de comportamentos corretos.

1.5. PROMOÇÃO DE UM ENSINO DE QUALIDADE

Indicadores:

Resultados escolares dos alunos no quadriénio 2013/2017;

Desenvolvimento de projetos;

Participação em eventos;

Desenvolvimento da personalidade, da autoestima, destrezas e atitudes;

Cumprimento de normas por parte da Comunidade;

Plano de ação das estruturas de orientação educativa;

Diversificação de situações e experiências de aprendizagem;

Diversificação dos instrumentos de avaliação;

Autoavaliação interna;

Desenvolvimento de leitores;

Desenvolvimento da criatividade, empenho e capacidade de trabalho;

Erradicar o abandono escolar / absentismo escolar

1.6. CURRÍCULO/COMPETÊNCIAS

Reconhecer o aluno como pessoa, o ato educativo como ato social e a Escola como organização promotora de mudanças sociais e preparada para responder aos desafios colocados pela sociedade, é um trabalho que implica a adoção de novas formas de organizar e pensar o currículo.

Pensar a Escola desta forma é pensá-la como organização com identidade própria e com uma autonomia e poder de decisão onde todos se envolvem.

O currículo é o conjunto de atividades programadas pela Escola, de carácter letivo e não letivo, que tem objetivos de instrução, socialização e estimulação ao desenvolvimento pessoal e social. Assim, o currículo é a ação educativa explícita, manifesta e intencional por parte da Escola, operacionalizando na prática, um Projeto Educativo próprio, que procura atender às necessidades da comunidade, decidir sobre as disciplinas, os tempos letivos e as componentes de ação, realizar atividades culturais adequadas ao contexto da Escola, organizar mais eficientemente os recursos, num estilo de educação partilhada.

É um conjunto complexo de processos que apela à participação ativa dos agentes educativos, implicando-os na análise dos assuntos que lhes dizem respeito, tornando-os corresponsáveis pelo funcionamento dos serviços e estruturas comuns, com vista a uma efetiva melhoria e à assunção de responsabilidades na qualidade do ensino ministrado.

A conceção de currículo que o Agrupamento partilha assenta num plano prático de melhoria de ação diária na sala de aula, num processo de permanente reflexão e revisão crítica da realidade educativa, por forma a possibilitar a construção de uma autêntica autonomia curricular da Escola e do professor. Neste contexto, os PAT são a expressão desse desenvolvimento curricular e o coletivo dos professores dedica especial importância à sua conceção, revisão e avaliação, consagrando-os como verdadeiros meios de gestão do currículo, e de adequação à realidade escolar.

Também as estruturas de orientação educativa, enquanto órgãos colegiais, nomeadamente os departamento curriculares, centram as suas reflexões nas práticas educativas e nos resultados obtidos, emergindo a necessidade de encontrar espaços de trabalho cooperativo, de equipas de docentes, processos de autoformação e formação interna com vista ao desenvolvimento profissional e à valorização da qualidade educativa.

Neste contexto, o professor desempenha um papel preponderante quer individualmente, quer enquanto membro de um grupo de docência, a quem compete planificar o currículo através de um processo de programação. O professor assume inúmeras competências curriculares que suportam as tomadas de decisão nesta matéria e que buscam posturas de parceria e de liderança, sendo a educação um valor comum, a Escola assume a responsabilidade de, pelo menos durante a escolaridade obrigatória:

• Garantir um mínimo de conteúdos que devem ser iguais para todos os alunos, propiciando aprendizagens com sentido numa Escola de sucesso para todos;

• Respeitar a diversidade cultural e reconhecer a pluralidade de situações de promoção que não encontram respostas num currículo definido pela administração central;

• Fomentar processos de aprendizagem individualizada e de diferenciação que atendam à diversidade de contextos e de situações e, consequentemente, promotoras de um maior sucesso educativo (planos de desenvolvimento);

• Planificar e coordenar formas de complemento pedagógico, de reforço curricular e de apoio pedagógico, de acordo com as necessidades educativas dos alunos;

• Organizar atividades de enriquecimento curricular e projetos de desenvolvimento educativo, promotores da formação integral do aluno;

• Promover ações de orientação escolar e vocacional e de encaminhamento profissional dos alunos, com vista à prossecução dos seus percursos pessoais;

• Desenvolver um conjunto de práticas variadas que se integram no processo ensino aprendizagem e que procuram contribuir para que os alunos se apropriem melhor das aprendizagens curricularmente estabelecidas como importantes (avaliação formativa);

• Implementar práticas avaliativas que se constituam também como oportunidades de formação e que se aproximem cada vez mais das realidades dos alunos, respeitando e tomando em linha de conta a sua diversidade sociocultural e os seus diferentes ritmos e estilos de aprendizagem;

• Criar condições favoráveis a situações de aprendizagem que permitam desenvolver nos alunos competências de planificação, de pensar criticamente, de confrontar pontos de vista, de repensar e organizar informação e de se autoavaliarem, essenciais para o sucesso educativo de todos os alunos (avaliação formadora).

Partindo das responsabilidades assumidas pela Escola, reforçamos a importância do ensino e da avaliação se desenvolverem segundo processos que promovam a aprendizagem. No entanto, a educação não se limita à aquisição de conteúdos, nem à aprendizagem de

conhecimentos instrumentais. O ato de educar é bastante mais complexo, enquadra outras variáveis para além da aprendizagem.

Vivemos no século da mudança, constatamos que também a educação está em movimento, instabilidade constante, em devir. Em educação trabalhamos com sujeitos que estão em constante mudança / transformação. Sabemos que a todo o momento é necessário retomar, rever, reformular, reinventar, pensar, imaginar e criar novas formas de incentivo e motivação. O professor / educador / orientador / facilitador / "desestabilizador" / cooperador tem de agir, reagir e saber agir em função do sujeito epistémico, que é o centro da ação pedagógica. O educador depara-se com insatisfações, dúvidas e desequilíbrios que o levam a refletir a todo o momento sobre a sua ação pedagógica. O construtivismo, tendo as suas raízes mais longínquas quiçá na maiêutica socrática e, muito posteriormente, no Iluminismo e tendo o seu grande mentor, Jean Piaget, segue o imperativo ético de acreditar que os estudantes são capazes de pensar e construir a sua própria aprendizagem, num caminho cujo fim apenas se dá no momento em que acaba a vida. No entanto, a cada momento há metas e a meta fundamental da educação e a sua forma mais perfeccionista será formar pessoas capazes de alcançar uma autonomia intelectual (epistémica) e moral (ética) e capazes de respeitar a liberdade e autonomia dos outros. A metodologia do processo educativo deve estar sob os auspícios da lógica da cooperação. Assim, segundo a linha construtivista, aquilo que podemos oferecer aos educandos são instrumento e ferramentas para que possam desenvolver-se, crescer, construir-se como seres humanos, ampliar e sua autonomia (epistémica e ética), autodirigir-se, pensar por si e responsabilizar-se pelas suas opções. Trata-se de uma meta educacional humanista e humanizadora do educando. É urgente refletir sobre uma nova proposta pedagógica cuja preocupação central seja a pessoa, sua "inteligência", sua liberdade e autonomia.

A Escola tem valores educativos a defender, finalidades mais vastas que apelam para o exercício da cidadania, para o desenvolvimento de competências sociais, para o respeito pela diferença, pelo ambiente e para uma educação para os valores, pela autonomia e para a humanização. Assim sendo, o compromisso educativo do agrupamento, tendo por base as orientações de desenvolvimento curricular e a análise das situações pessoais e sociais, expressa-se em ações de prática educativa que desenvolvem nos alunos competências para aprender a compreender, a ser, a tomar decisões e a ativamente intervir.

"Um currículo orientado para o desenvolvimento de competências contesta a ideia de que a escola se deve centrar unicamente nos saberes, não se preocupando com os problemas da utilização, da mobilização e da transferência desses saberes, como se esses problemas fossem irrelevantes, se resolvessem de modo automático ou espontâneo".

(Abrantes, P., 2001)

Neste contexto, a organização do ensino e da aprendizagem não se circunscreve ao cumprimento dos programas das áreas disciplinares, mas implica uma conceção de desenvolvimento do currículo em que a responsabilidade da Escola é formar os alunos numa dimensão global e integral.

1.7. ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

Departamentos	Disciplinas Lecionadas
Departamento de Línguas	Português, Inglês, Francês, Espanhol, Literatura Portuguesa, Comunicar em Francês, Técnicas de Animação e Acolhimento Turístico e Técnicas de Comunicação.
Departamento Matemática e Ciências Experimentais	**Grupo 230 - Matemática e Ciências da Natureza** Matemática e Ciências Naturais **Grupo 500 - Matemática** **3º ciclo + CEF + Vocacional**–Matemática; **Secundário** - Matemática A; MACS – Matemática Aplicada às Ciências Sociais (opção – não tem sido ministrada nos últimos anos) **Cursos Profissionais** – Matemática **Grupo 510 – Física e Química** **3º Ciclo** - Físico-Química ou Ciências Físico-Químicas (equivalente). **CEF's** - **Secundário**- Física e Química A (10 e 11º anos); Física (12); Química (12) **Profissionais**: Física e Química (10º 11ºanos); Física (10 e 11º anos); Eletrónica Fundamental E alguns módulos da disciplina : Higiene e Segurança no Trabalho (12). **Grupo 520 – Biologia e Geologia** **3º Ciclo**–Ciências Naturais **CV**- Ciências Naturais e Físico-Químicas **Secundário**–Biologia e Geologia (10 e 11º anos); Biologia (12º ano) **Profissionais**: Ambiente e Desenvolvimento Rural (CP_Téc. Turismo Ambiental e Rural); Segurança e Higiene no Trabalho (CP_Téc. Higiene e Segurança no trabalho); Ambiente e Métodos de Análise de Risco do Trabalho (CP_Téc. Higiene e Segurança no trabalho); **Grupo 550 – Informática**

	<u>3º Ciclo</u> – 7.º e 8.º ano TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação **<u>Curso Gestão e Equipamentos Informáticos</u> – 12.º Ano** IMEI – Instalação e manutenção de equipamentos Informáticos SI- Sistemas de Informação SDAC – Sistemas digitais arquitetura de computadores CD- Comunicação de dados <u>Não sendo disciplinas</u>, atribuídas a docentes do grupo neste curso: PAP- Prova de aptidão profissional e FCT- Formação em contexto de trabalho **<u>Curso Técnico Multimédia</u> – 11.º Ano** TM – Técnicas Multimédia PPM - Projecto e Produção Multimédia DCA- Design Comunicação e Audiovisuais FCT – Formação em contexto de trabalho **<u>Curso Técnico de Instalações Eléctricas</u> - 10.º Ano** TA -Tecnologias de aplicação DE- Desenho Esquemático EE- Electricidade /Electrónica PA- Práticas Oficinais **<u>Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural</u> - 10.º Ano** TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação 10.º Ano **Grupo 560 – Ciências Agro-Pecuárias** **CEF de Jardinagem** Jardinagem e Higiene e Segurança no Trabalho
Departamento de Expressões	Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Musical, Educação Física, Educação Especial e Apoio ao Estudo.
Departamento de Ciências Sociais e Humanas	História e Geografia de Portugal, História, Geografia e Educação Moral e Religiosa Católica; Filosofia, Área de Integração; Cidadania e Mundo Atual, Geografia A, História A, História e Cultura das Artes, Economia, Gestão, Contabilidade e Fiscalidade, Direito, Cálculo Financeiro, Estatística Aplicada, Psicologia e Turismo, Técnicas de Gestão, Administração, Contabilidade e Legislação, Técnicas de Secretariado, Legislação Comercial, Fiscal e Laboral, Técnicas de Cálculo e Contabilidade, Sociologia, Área de Expressões, Área de Estudo da Comunidade, Animação Sociocultural e Apoio ao Estudo.

Coordenação do Conselho de Docentes do Primeiro Ciclo;

Conselho de Docentes da Educação Pré-Escolar;

Serviços Especializados de Apoio Educativo;

Conselho de Diretores de Turma: 2º e 3º Ciclos, Secundário e Novas Oportunidades;

Equipa Multidisciplinar (EM);

Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno (GIAA).

2. ASPETOS ORGANIZACIONAIS/FUNCIONAIS

2.1. HORÁRIOS

Os **horários das turmas** serão organizados tendo em conta as determinações legais, procurando-se sempre que possível que os alunos tenham pelo menos uma manhã e uma tarde livre durante a semana.

<table>
<tr><th>Ciclo de Ensino</th><th>Turno</th><th colspan="2">Horários/Intervalos</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Educação Pré-Escolar</td><td>Manhã</td><td colspan="2">Componente letiva
9:00h – 12:00h
13.00 – 15.00h

Componente de Apoio à Família (apenas na EBDA)
7:45h – 18:30h</td></tr>
<tr><td>Tarde</td><td colspan="2">Componente letiva
13:00h – 15:00h

Componente de Apoio à Família
12:00h – 13:00h
15:00h – 17:30h ou 15:30h – 18:30h</td></tr>
<tr><td>Primeiro Ciclo
(o horário de funcionamento diverge de estabelecimento para estabelecimento)</td><td colspan="3">Regime normal:
- Das 9.00h às 17.30 (com AECs incluídas e cuja elaboração do regimento Interno é da responsabilidade dos Coordenadores de Estabelecimentos)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">2º, 3º Ciclos e Secundário</td><td>Manhã</td><td>8:30h – 13:30h</td><td>Intervalos:
20min das 10:00h às 10:20h
10min das 11:50h às 12:00h</td></tr>
<tr><td>Tarde</td><td>13:30h – 18:25h</td><td>Intervalos:
10min das 15:00h às 15:10h
15min das 16:40h às 16:55h</td></tr>
</table>

Os **horários dos docentes** são elaborados segundo as determinações legais e tendo em conta as propostas de cada Departamento Curricular e/ou Conselho de Docentes, que entre os seus docentes fez uma distribuição das turmas respeitando os critérios definidos.

Uma outra parte do horário docente dependerá da situação específica de cada professor(a) sujeitando-se, de qualquer modo, à componente relativa aos alunos. Na elaboração dos horários da maioria dos professores existirão tempos destinados à substituição,

de modo a que os alunos tenham sempre os seus tempos ocupados e atividades de enriquecimento curricular, cultural, desportivo, social e pessoal.

2.2. FORMAÇÃO DAS TURMAS

Tendo em vista uma Escola que se pretende democrática e inclusiva o Conselho Pedagógico, para além do que está legalmente instituído **(Despacho nº 5048-B/2013, de 12 de abril**), definiu critérios gerais para a constituição das turmas. As considerações emanadas pelos Conselhos de Turma serão tidas em consideração para a elaboração das mesmas,

5.1. Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no PE, competindo à Direção Executiva/Direção Pedagógica aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente despacho.

5.2. As turmas da Educação Pré-Escolar são constituídas por 20 alunos (mínimo) e 25 alunos (máximo) 1º ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos, não podendo ultrapassar esse limite.

5.3. As turmas do 5º ao 12º ano de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.

5.4. As turmas com alunos com necessidades educativas especiais resultantes de deficiências ou incapacidade comprovadamente inibidora da sua formação de qualquer nível de ensino são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

5.5. Nos cursos científico - humanísticos, nos cursos tecnológicos e nos cursos artísticos especializados, nos domínios das artes visuais e dos áudiovisuais, incluindo de ensino recorrente, no nível secundário de educação, o número mínimo para abertura de um curso é de 26 alunos e de uma disciplina de opção é de 20 alunos.

5.6. É autorizado o desdobramento de turmas nas disciplinas dos ensinos básico e secundário de acordo com as condições constantes na legislação em vigor.

5.7. As turmas dos anos sequenciais do ensino básico e dos cursos de nível secundário de educação, incluindo os do ensino recorrente, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com um número de alunos inferior ao previsto nos números anteriores, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos

que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única.

5.8. Não poderão ser constituídas turmas apenas com alunos em situação de retenção, devendo ser respeitada, em cada turma, a heterogeneidade do público escolar, com exceção de projetos devidamente fundamentados pelo órgão de Direção Executiva/Direção Pedagógica dos estabelecimentos de ensino, ouvido o CP.

5.9. A constituição, a título excecional, de turmas com número inferior ou superior ao estabelecido nos números anteriores carece de autorização da respetiva DGEST, mediante análise de proposta fundamentada do órgão de DE do estabelecimento de ensino, ouvido o CP.

Assim, no ensino básico deve ser garantida, sempre que possível, a continuidade dos alunos numa mesma turma. Nas situações em que seja necessário constituir turmas com alunos oriundos de várias escolas deve garantir-se que esses sejam divididos em grupos, de tal modo que a nova turma seja constituída por grupos de alunos provenientes das diferentes escolas.

Os alunos retidos serão integrados, de forma equitativa, nas diferentes turmas que constituem um determinado ano de escolaridade.

Estes critérios são, também, válidos para as turmas do ensino secundário. No entanto, neste nível de ensino, existirá sempre uma condicionante muito importante que tem a ver com as opções curriculares dos alunos (tipo de curso, línguas estrangeiras e outras).

2.3. REUNIÕES DE CONSELHOS DE TURMA

Os CT de Avaliação, ou outras reuniões de carácter excecional serão sempre marcados pela DE. Em condições normais o CP reúne uma vez por mês, primeira terça-feira, os CT e os diversos Departamentos Curriculares reúnem de acordo com o respetivo regimento.

2.3.1. REGIMENTO DE CONSELHO DE TURMA (CT)

DEFINIÇÃO

1- O CT é a estrutura educativa que visa a organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de turma ou grupo de alunos.

COMPOSIÇÃO

2- O CT é constituído pelo DT, pelos restantes professores da turma, pelo professor de EE, no caso de turmas com alunos com NEE, pelo Delegado dos Alunos da turma e por um representante dos Pais e EE.

3- Um dos membros docentes exerce as funções de DT por nomeação do Diretor do Agrupamento.

4- Sempre que se justifique, o DT ou o Diretor do Agrupamento podem solicitar a presença de um técnico dos serviços especializados de apoio educativo, designadamente dos SPO.

5- Nas reuniões do CT para avaliação periódica dos alunos, não é permitida a presença do representante dos Alunos bem como do representante dos Pais e EE.

FUNCIONAMENTO

6- O CT reúne, ordinariamente, por convocatória do Diretor:

a) no final de cada período letivo, para proceder à avaliação sumativa, de acordo com os normativos estabelecidos.

b) reuniões intercalares definidas pelo CP, de acordo com o calendário escolar.

7- O CT reúne, extraordinariamente, por convocatória do Diretor do Agrupamento, por solicitação ou iniciativa do DT, sempre que assuntos de natureza pedagógica, disciplinar o justifiquem ou recurso e pelo Diretor de Curso, nos Cursos de Oferta Qualificante (Curso de Educação e Formação e Curso Profissional).

8- As convocatórias para reuniões do CT devem ser afixadas em local próprio na Sala de Professores, com uma antecedência mínima de 48 horas, sendo indicada a hora, local da reunião, o professor que a presidirá, assim como o professor secretário. Da convocatória deverá constar, obrigatoriamente, a ordem de trabalhos.

9- As reuniões serão presididas pelo DT, salvo:

a) Quando reúne para efeitos disciplinares, sendo presidida pelo Diretor do AEVA.

b) Quando se verificar o impedimento do DT, a presidência do CT é assumida pelo professor com mais tempo de serviço.

c) Nos Cursos de Oferta Qualificante, quando não forem de avaliação, disciplinar o justifiquem ou recurso.

10- Em caso de falta prolongada do DT:

a) cabe ao Diretor do Agrupamento nomear, de entre os Docentes do CT, o professor que assumirá a presidência.

b) Na ausência do DT, a Equipa Pedagógica será presidido pelo diretor de curso ou vice-versa. No caso dessa situação não ser possível será o professor da turma mais antigo do quadro da escola.

11- O secretário das reuniões é um docente designado pela Direcção do Agrupamento, no início do ano letivo, mantendo-se até ao final do mesmo.

12- Em caso de falta justificada do secretário, este é substituído por um docente que não seja DT nem Secretário.

13- Se o ponto anterior não puder ser respeitado, assume o secretariado da reunião o professor com menos tempo de serviço.

14- A nomeação do secretário para as reuniões convocadas pelo Diretor de Curso (na Oferta Qualificante), deverá ser rotativa e seguir a ordem definida pelas disciplinas em cada uma das componentes, Sociocultural, Científica e Tecnológica, de acordo com a primeira página das atas.

15- Os assuntos tratados nas reuniões têm carácter sigiloso.

16- De cada reunião será lavrada uma acta, em modelo informatizado que contemple todos os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a respectiva fundamentação, bem como todas as situações de relevância no processo de ensino/aprendizagem.

17- As atas deverão ser datadas e numeradas sequencialmente, contendo sempre o número total de páginas e serão postas à aprovação do CT no final de cada reunião, sendo assinadas por todos os elementos presentes.

18- As atas são entregues na Direção do Agrupamento, no prazo máximo de 5 dias, exceto as actas de avaliação que terão de ser entregues no final da respetiva reunião, ou no prazo máximo de 48 horas.

19- Nas reuniões de CT de Avaliação, de final de período:

a) é obrigatória, na reunião, a presença de todos os elementos docentes que constituem o CT.

b) por motivo imprevisto se verificar a ausência de um membro, a reunião deve ser adiada, no máximo por 48 horas, de forma a assegurar a presença de todos.

c) No caso da ausência a que se refere o número anterior ser presumivelmente longa, o CT reúne com os restantes membros, devendo o respectivo DT dispor de todos os elementos referentes à avaliação de cada aluno, fornecidos pelo professor ausente.

d) As reuniões terão a duração máxima de duas horas.

e) O presidente da reunião é auxiliado pelo secretário e pelos restantes elementos que compõem o CT;

f) Aos restantes membros cabe a elaboração dos documentos e registos de avaliação.

20- Cabe ao Presidente da reunião, em conjunto com o secretário, entregar em mão à equipa de verificação, das reuniões de avaliação, todos os documentos e registos de avaliação.

21- As decisões do CT são ratificadas pelo Diretor do Agrupamento.

COMPETÊNCIAS

22- Ao CT compete:

a) Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino aprendizagem;

b) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respectivos serviços de apoio educativo, em ordem à sua superação;

c) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;

d) Adoptar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;

e) Colaborar em actividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pela escola;

f) Promover acções que estimulem o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no percurso escolar do aluno, de acordo com os princípios definidos pela escola;

g) Decidir relativamente a situações que impliquem a retenção do aluno no mesmo ano e colaborar com o DT na elaboração do respectivo relatório e plano de apoio específico;

h) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;

i) Preparar informação adequada, a disponibilizar aos Pais e EE, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos;

j) Outras competências de acordo com a lei e o Regulamento Interno em vigor no Agrupamento;

k) A elaboração de propostas para a criação e alteração dos regulamentos específicos da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e da Prova de Avaliação Final (PAF) ou da Prova de Aptidão Profissional (PAP), os quais deverão ser homologados pelos órgãos competentes da escola, na Oferta Qualificante.

FALTAS

23- As faltas às Reuniões de Avaliação, de final de período letivo, deverão ser justificadas de acordo com a legislação em vigor (art.º 94 do ECD).

24- As faltas dos membros do Conselho de Turma às reuniões, que não as de avaliação, correspondem a dois tempos letivos.

25- As faltas dos membros do Conselho de Turma às reuniões serão registadas em ata.

Será registada falta sempre que:

a) qualquer membro do Conselho esteja ausente;

b) qualquer membro do Conselho se ausentar definitivamente da reunião antes da mesma ser dada por encerrada pelo membro que preside à reunião;

c) qualquer membro do Conselho compareça atrasado à reunião mais de 15 minutos em relação à hora marcada.

DELIBERAÇÕES

26- As deliberações do CT são tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus membros presentes à reunião, tendo o Presidente do CT voto de qualidade em caso de empate.

27- A deliberação final quanto à avaliação formativa e quanto à classificação quantitativa é da competência do CT, que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno.

28- As decisões do CT de avaliação sumativa devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

29- No caso de recurso à votação todos os membros docentes do CT devem votar mediante voto nominal, não sendo permitida a abstenção.

CASOS OMISSOS

30-Todos os casos omissos são resolvidos pontualmente pelo CT, sem prejuízo do estipulado em Lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS/NORMAS REVOGATÓRIAS

31- Compete ao CT interpretar este Regimento Interno e suprir as suas lacunas.

32- O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta apresentada por qualquer membro do CT e aprovada por maioria de dois terços dos seus elementos, com o objectivo de o melhorar.

33- Este Regimento Interno entra em vigor logo após a sua aprovação.

2.4. OFERTA EDUCATIVA – PLANOS CURRICULARES

2.4.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

OBJETIVOS GERAIS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Lei - Quadro da Educação Pré-escolar estabelece como princípio geral que "a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário".

Deste princípio, decorrem os objetivos gerais pedagógicos definidos para a educação pré-escolar:

a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
d) Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
e) Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
f) Despertar a curiosidade e pensamento crítico;
g) Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

As Orientações Curriculares para a educação pré-escolar assentam nos seguintes fundamentos articulados:

- O desenvolvimento e a aprendizagem como vertentes indissociáveis;

- O reconhecimento da criança como sujeito do processo educativo, o que significa partir do que a criança já sabe e valorizar os seus saberes como fundamento de novas aprendizagens;

- A construção articulada do saber, o que implica que as diferentes áreas a contemplar não deverão ser vistas como compartimentos estanques, mas abordadas de uma forma globalizante e integrada;

- A exigência de resposta a todas as crianças, o que pressupõe uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, em que cada criança beneficia do processo educativo desenvolvido com o grupo.

ÁREAS DE CONTEÚDO	Carga letiva semanal (horas)
Formação Pessoal e Social	25 horas
Expressão e Comunicação: • Domínio da Expressão Motora; • Domínio da Expressão Dramática • Domínio da Dança; • Domínio da Expressão Plástica; • Domínio da expressão Musical.	
Linguagem oral e abordagem à escrita;	
Matemática;	
Conhecimento do Mundo	
Tecnologias da Informação e Comunicação	

AAAF Atividades de Animação e Apoio à Família	7:45h/8:00h-9:00h (Período de almoço) 15:00h-17:30h/18:30h

As atividades da componente de apoio à família são dinamizadas por assistentes operacionais e/ou outro técnico colocado pela autarquia; A supervisão pedagógica das atividades da componente de apoio à família são da competência dos educadores e compreende:

- A programação das atividades;

- O acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores;

- A avaliação da sua realização.

2.4.2. 1º CICLO

Componentes do Currículo		Carga letiva semanal (blocos de 90 minutos e 60 minutos)
Curriculares disciplinares	Português	25 horas
	Matemática	
	Estudo do Meio	
	Expressões (artísticas e físico-motoras)	
	Apoio ao Estudo	
	Oferta Complementar	
Atividades de Enriquecimento Curricular	Ensino de Inglês	4 horas
	Atividade Física Desportiva	
	Ensino de Música	

* Acresce a esta matriz 1h de Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

2.4.3. 2º CICLO

Componentes do Currículo	Nº de Blocos Semanais (em blocos de 90 min.)	
	5º	6º
Línguas e Estudos Sociais		
▪ Português	3	3
▪ Língua estrangeira - Inglês	1.5	1.5
▪ História e Geografia de Portugal	1.5	1.5
Matemática e Ciências		
▪ Matemática	3	3
▪ Ciências Naturais	1.5	1.5
Educação Artística e Tecnológica		
▪ Educação Visual	1	1
▪ Educação Tecnológica	1	1
▪ Educação Física	1.5	1.5
▪ Educação Musical	1	1
▪ Apoio ao Estudo	2.5	2.5
▪ Educação Moral e Religiosa (facultativa)	0.5	0.5
▪ Formação Cívica (Oferta Complementar)	0.5	0.5
Total de Blocos	18.5	18.5

2.4.4. 3º CICLO

Componentes do Currículo	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Áreas curriculares disciplinares			
Português	2.5	2.5	2.5
Línguas Estrangeiras: ▪ L I – Inglês III ▪ L II – Francês I / Espanhol I	3 1.5 1.5	2.5 1.5 1	2.5 1.5 1
Ciências Sociais e Humanas: ▪ História ▪ Geografia	2.5 1 1.5	2.5 1.5 1	3 1.5 1.5
Matemática	2.5	2.5	2.5
Ciências Físicas e Naturais: ▪ Ciências Naturais a) ▪ Físico-Química a)	3 1.5 1.5	3 1.5 1.5	3 1.5 1.5
Educação Artística: ▪ Educação Visual ▪ Educação Tecnológica ▪ TIC	2 1 0.5* 0.5*	2 1 0.5* 0.5*	2.5 1.5 --- 1
Educação Física	1.5	1.5	1.5
Educação Moral e Religiosa (facultativa)	0.5	0.5	0.5
▪ Formação Cívica (Oferta Complementar)	0.5	0.5	0.5
Total	18	17.5	18

*Disciplinas em regime semestral, com 1 bloco semanal

a) Nestas disciplinas, a turma é desdobrada em dois turnos num segmento de 45 minutos.

2.4.5 - ENSINO SECUNDÁRIO

Curso Científico – Humanístico de Ciências e Tecnologias

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga horária semanal (1bloco = 90 min)		
		10º	11º	12º
Geral	Português	2	2	2.5
	Língua Estrangeira	2	2	0
	Filosofia	2	2	0
	Educação Física	2	2	2
Específica	Matemática	3	3	3
	Biologia e Geologia	3.5	3.5	0
	Física e Química A	3.5	3.5	0
	Biologia	0	0	2
	Física	0	0	2
	Química	0	0	2
	Psicologia B	0	0	2
	Educação Moral e Religiosa (facultativa)	1	1	1
Total		19	19	12.5

Curso Científico – Humanístico de Línguas e Humanidades

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga horária semanal (1bloco = 90 min)		
		10º	11º	12º
Geral	Português	2	2	2.5
	Língua Estrangeira	2	2	0
	Filosofia	2	2	0
	Educação Física	2	2	2
Específica	História A	3	3	3
	Literatura Portuguesa	3	3	0
	Geografia A	3	3	0
	Psicologia B	0	0	2
	Geografia C	0	0	2
	Educação Moral e Religiosa (facultativa)	1	1	1
Total		18	18	12.5

2.4.6. PERCURSO CURRICULAR ALTERNATIVO*

Os Percursos Curricular Alternativo são uma medida de caráter temporário e excecional depois de esgotada a possibilidade de encontrar outro tipo de respostas, incluindo

os cursos vocacionais, a aplicar aos alunos, quando estes não demonstrem progressos nos resultados escolares, mesmo após a adoção de outras medidas de promoção do sucesso escolar, conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro.

Estas turmas destinam-se a grupos específicos de alunos até aos 18 anos de idade, inclusive, que se encontrem nas seguintes condições:

a) Alunos com pelo menos 2 retenções por ciclo;

b) Alunos com idade mínima de 13 anos no 2.º ciclo do ensino básico ou de 15 anos no 3.º ciclo do ensino básico;

c) Alunos em risco de abandono escolar devidamente comprovado pelo Conselho de Turma e confirmado pelo Conselho Pedagógico;

d) Existência de problemas de integração na comunidade escolar;

e) Ameaça de risco de marginalização e de exclusão social.

Matriz 2º Ciclo

Componentes do Curriculo	Carga Semanal
Geral	
Português	270
Matemática	270
Inglês	90
Educação Física	135
Subtotal	765
Complementar	
História e Geografia de Portugal	90
Ciências Naturais	135
Subtotal	225
Vocacional	
Higiene e Segurança no Trabalho	90
Jardinagem	135
Trabalhos Manuais	135
Subtotal	360
total	1100

***Em não funcionamento no ano 2014-2015.**

2.4.7. CURSO VOCACIONAL

O cursos vocacionais do ensino básico ministrados, objeto da Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro, têm uma estrutura curricular organizada por módulos.

Os **cursos vocacionais (CV)** têm como objetivo garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que preparem os jovens para a vida, dotando-os de ferramentas que permitam vir a enfrentar no futuro, também, os desafios do mercado de trabalho.

Os CV, orientados para a formação inicial dos alunos, privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o primeiro contato com diferentes atividades vocacionais.

Cursos Vocacional (Eletricidade, Jardinagem e Hotelaria) 3º Ciclo

Componentes de Formação	Horas
Geral Português Matemática Inglês Educação Física	 *110* *110* *65* *65*
Subtotal	350
Complementar História Ciências Naturais Francês	 60 60 60
Subtotal	180
Vocacional Actividade A - Eletricidade Pratica Simulada Actividade B – Jardinagem Pratica Simulada Actividade C – Hotelaria Pratica Simulada	 120 70 120 70 120 70
Subtotal	470
total	1100

2.4.8. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Os cursos de educação e formação constituem uma modalidade de educação, que confere a equivalência ao 9.º ano de escolaridade e uma qualificação de nível 2.

Os cursos de educação e formação visam, por um lado, o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, por outro, permitem o prosseguimento de estudos a nível do ensino secundário (ensino regular ou ensino profissional). Os cursos de tipo 2, com a duração de dois anos e conferindo o 9º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2, destinam-se a jovens, em risco de abandono, que completaram o 6º ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o 7º ano de escolaridade, ou ainda àqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o 8º ano de escolaridade;

Os planos curriculares dos cursos de educação e formação desenvolvem-se segundo uma
estrutura de 2 anos. (que conferem uma qualificação de nível 2, tipo 2).

Serviço de Mesa (nível 2, Tipo 2)

Componentes de Formação	Nº de Horas Anuais		Total de Horas (a)
	8º	9º	
Componente de Formação Sociocultural			
Língua Portuguesa	96	96	192
Inglês	96	96	192
Tecnologias da Informação e Comunicação	48	48	96
Cidadania e Mundo Atual	96	96	192
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	30	-	30
Educação Física	48	48	96
Subtotal	414	384	798
Componente de Formação Científica			
Matemática Aplicada	96	114	210
Francês	72	51	123
Subtotal	192	141	333
Formação Tecnológica			
Serviço de cafetaria, balcão e mesa na restauração	288	-	280
Serviço de mesa e bar na restauração e hotelaria	120	140	260
Serviços especiais de mesa	-	220	220
Formação Tecnológica			
Estágio em Contexto de Trabalho			210
Subtotal	606	535	1341

2.4.9. CURSOS PROFISSIONAIS

Os Cursos Profissionais estão vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

Estes cursos, integrados no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), fazem parte das ofertas formativas do nível secundário de educação e formação e permitem uma dupla certificação, escolar e profissional.

Os Cursos Profissionais destinam-se a jovens que concluíram o 9.º ano de escolaridade ou formação equivalente, funcionando em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação e em escolas profissionais.

TÉCNICO DE GESTÃO

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	108	107	**320**
Lingua Estrangeira I / II	74	73	73	**220**
Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	47	46	47	**140**
Matemática	94	110	96	**300**
Economia	51	106	51	**208**
Gestão	190	132	178	**500**
Contabilidade e Fiscalidade	198	135	117	**450**
Direito de Organização	52	78	0	**130**
Calculo Financeiro e Estatística Aplicada	45	54	0	**99**
Formação em contexto de trabalho		140	280	**420**
	1030	1055	1022	3100

TÉCNICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	108	107	**320**
Lingua Estrangeira I / II	74	73	73	**220**
Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**

Educação Física	47	46	47	**140**
Matemática	99	100	101	**300**
Físico-Química	100	100	0	**200**
Eletrónica fundamental	90	84	84	**258**
Sistemas digitais e arquitetura de computadores	102	160	144	**402**
Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos	138	90	72	**300**
Comunicação de dados	108	50	58	**216**
Formação em contexto de trabalho		140	280	**420**
	1037	1024	1039	3100

TÉCNICO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO E AMBIENTE

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	108	107	**320**
Lingua Estrangeira I / II	74	73	73	**220**
Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	47	46	47	**140**
Matemática	37	63	0	**300**
Física e Química	48	110	42	**200**
Segurança e Higiene no Trabalho	130	160	150	**440**
Ambiente e Métodos de Análise de Risco	135	108	157	**400**
Saúde Ocupacional e Ergonomia	88	72	0	**160**
Estudo e Organização do Trabalho	120	60	0	**180**
Formação em contexto de trabalho		140	280	**420**
	1015	1060	1025	3100

TÉCNICO DE TURISMO

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	108	107	**320**
Lingua Estrangeira I / II	74	73	73	**220**

Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	47	46	47	**140**
Matemática	100	0	0	**100**
Geografia	100	100	0	**200**
História da Cultura e das Artes	0	100	100	**200**
Comunicar em Francês	63	63	54	**180**
Informação e Animação Turística	141	132	129	**402**
Téc. de Animação e Acolhimento Turístico	102	72	66	**240**
Op. Técnicas em Empresas Turísticas	120	120	118	**358**
Formação em contexto de trabalho		140	280	**420**
	1026	1027	1047	3100

TÉCNICO DE MULTIMÉDIA

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	109	106	**320**
Lingua Estrangeira I / II	75	96	49	**220**
Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	48	48	44	**140**
Matemática	100	100	0	**200**
Física	63	37	0	**100**
História da Cultura e das Artes	54	62	84	**200**
Sistema de Informação	141	69	0	**210**
Design, Comunicação e Audiovisuais	81	179	90	**350**
Técnicas Multimédia	207	129	144	**480**
Projeto e Produção Multimédia	0	30	110	**140**
Formação em contexto de trabalho		120	300	**420**
	1048	1052	1000	3100

TÉCNICO DE TURISMO AMBIENTAL E RURAL

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	107	108	105	**320**
Lingua Estrangeira I / II	74	73	73	**220**

Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	47	47	46	**140**
Matemática	37	63	0	**100**
Geografia	100	100	0	**200**
História da Cultura e das Artes	58	78	64	**200**
Comunicar em Francês	54	36	0	**90**
Ambiente e Desenvolvimento Rural	150	130	96	**376**
Turismo e Técnicas de Gestão	142	90	120	**352**
Técnicas de Acolhimento e Animação	102	90	90	**282**
Formação em contexto de trabalho		210	420	**630**
	1045	1098	1087	3230

TÉCNICO DE ELETRICISTA DE INSTALAÇÃO

DISCIPLINAS	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	TOTAL
Português	105	109	106	**320**
Lingua Estrangeira I / II	75	96	49	**220**
Área de Integração	74	73	73	**220**
Tecnologias de Inf. Comunicação	100	0	0	**100**
Educação Física	48	48	44	**140**
Matemática	100	100	100	**300**
Física e Química	100	100		**200**
Eletricidade e Eletrónica	141	130	120	**391**
Tecnologias Aplicadas	90	70	60	**220**
Desenho Esquemático	81	60	0	**141**
Práticas Oficinais	140	90	118	**348**
Formação em contexto de trabalho		210	420	**630**
	1054	1086	1090	3230

3. ESTRUTURA CURRICULAR

3.1. ÁREAS CURRICULARES DISCIPLINARES

3.1.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ÁREAS DE CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – constituem as referências gerais a considerar no planeamento e avaliação das situações e oportunidades de aprendizagem.

ÁREAS DE CONTEÚDO
Formação Pessoal e Social " …Esta área corresponde a um processo que deverá favorecer, de acordo com as fases do desenvolvimento, a aquisição de espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos. (…) tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário."
Expressões Esta área "…engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor e simbólico que determinam a compreensão e o progressivo domínio de diferentes formas de linguagem. (…) Podem diferenciar-se neste domínio cinco vertentes – expressão motora, expressão dramática/teatro, expressão plástica, expressão musical e dança – que têm a sua especificidade própria, mas que não podem ser vistas de forma totalmente independente, por se complementarem

mutuamente (…)" • Domínio da Expressão Motora; • Domínio da Expressão Dramática • Domínio da Dança; • Domínio da Expressão Plástica; • Domínio da expressão Musical.
Linguagem oral e abordagem à escrita; "…capacidades de compreensão e produção linguística deverão ser progressivamente alargadas, através das interações com o educador, com as outras crianças e com outros adultos. (…) pretende-se acentuar a importância de tirar partido do que a criança já sabe, permitindo-lhe contatar com as diferentes funções do código escrito
Matemática; "… apoiar o desenvolvimento do pensamento lógico – matemático, internacionalizado momentos de consolidação e sistematização de noções matemáticas."
Conhecimento do Mundo "… enraíza-se na curiosidade natural da criança e no seu desejo de saber e compreender porquê. Curiosidade que é fomentada e alargada na educação pré-escolar através de oportunidades de contatar com novas situações que são simultaneamente ocasiões de descoberta e de exploração do mundo"
Tecnologias da Informação e Comunicação "… as novas tecnologias da informação e comunicação são formas de linguagem com que muitas crianças contatam diariamente. Os registos audiovisuais são meios de expressão individual e coletiva e também meios de transmissão do saber e da cultura que a criança vê como lúdicos e aceita com prazer."

3.1.2. PRIMEIRO CICLO

Áreas	
Curriculares disciplinares	Língua Portuguesa
	Matemática
	Estudo do Meio
	Expressões (artísticas e físico -motoras)

3.1.3. SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS E ENSINO SECUNDÁRIO

A Formação Cívica é parte inclusiva da estrutura curricular, para o ano letivo 2014-2015 (2º e 3º Ciclos de Ensino Básico), juntamente sendo todas as outras previstas nas estruturas curriculares dos cursos em funcionamento definidas pelo Ministério da Educação.

Departamento	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
Línguas	Português, Francês, Inglês, Espanhol e Apoio ao Estudo.	Português, Literatura Portuguesa, Francês, Espanhol, Inglês, Comunicar em Francês, Técnicas de Acolhimento e Animação.
Ciências Sociais e Humanas	História, Geografia, Cidadania e Mundo Atual, Educação Moral Religiosa Católica (EMRC), História e Geografia de Portugal e Apoio ao Estudo.	História, Geografia, Filosofia, EMRC, Geografia A, História A, Área de Integração, História e Cultura das Artes, Economia, Gestão, Contabilidade e Fiscalidade, Direito de Organização e Cálculo Financeiro e Estatística Aplicada, Psicologia, Turismo e Técnicas de Gestão, Administração, Contabilidade e Legislação, Técnicas de Secretariado, Legislação Comercial, Fiscal e Laboral, Técnicas de Cálculo e Contabilidade, Área de Expressões, Área de Estudo da Comunidade, Animação Sociocultural, Informação e Animação Turística, Técnicas de Animação e Acolhimento Turístico e Operações Técnicas em Empresas Turísticas.
Matemática e Ciências Experimentais	Matemática, Matemática Aplicada, Matemática para a Vida, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, Ciências Naturais, Físico-Química, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Manutenção de Jardins e Relvados, Infraestruturas Básicas e Paisagísticas, Instalação de Jardins e Relvados e apoio ao Estudo.	Matemática A, Matemática, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Higiene e Segurança no Trabalho, Biologia e Geologia, Biologia, Ordenamento do Território, Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Projetos em Ambiente, Física, Química, Físico-Química A, Físico-Química, TIC, Eletrónica Fundamental, Sistemas Digitais e Arquitetura de Computadores, Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos, Comunicação de Dados, Instalação e Manutenção de Computadores, Aplicações Informáticas de Escritório, Sistemas de Gestão de Bases de Dados, Instalação e Configuração de Computadores locais à rede de Internet; Sistema de Informação, Design, Comunicação e Audiovisuais, Técnicas Multimédia e Projeto e Produção Multimédia.
Expressões	Educação Tecnológica, Educação Visual, Educação Física, Educação Musical, Ensino Especial e Apoio ao Estudo.	Educação Física e Ensino Especial.

3.2. APOIO AO ESTUDO

Considerando que a maioria dos alunos não possui hábitos e métodos de trabalho e de organização do seu estudo, considera-se que ensinar os alunos a organizar o seu tempo de estudo e adquirir métodos de trabalho deva ser considerada uma prioridade, tal como a organização do caderno diário. Por outro lado, tendo como objetivo o combate ao insucesso escolar, a escola optou por possibilitar aos alunos um apoio ao estudo em todas as áreas do currículo. Pretende-se que os alunos adquiram competências que permitam que sejam eles os principais atores do processo de construção das suas aprendizagens (desenvolvimento da autonomia e da capacidade de aprender a aprender).

Metodologias:

Devem, dentro do possível, ser diversificadas:

Promover a realização de trabalhos suplementares (pressupõe a articulação entre os docentes do Conselho de Turma).

Elaborar sínteses, esquemas e organizar trabalhos.

Consultar e utilizar *software* educativo, *Internet*, etc.

3.3. APOIO PEDAGÓGICO ACRESCIDO

A Escola disponibiliza, anualmente, com prioridade para os alunos do ensino básico, apoio pedagógico acrescido nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, assim como em outras disciplinas, sempre que devidamente justificado. Estes apoios serão dados por professores, preferencialmente da turma, em horário que será elaborado em função das disponibilidades da mesma.

Os alunos são propostos para estes apoios nos CT do terceiro período do ano letivo anterior ou durante o ano letivo, logo que os professores se apercebam das dificuldades dos alunos.

Em todas as turmas dos Cursos Científico-Humanísticos foi atribuído um bloco semanal de Recuperação e Preparação para Exame (RPE) relativo às disciplinas sujeitas a exame nacional, acrescendo nos Cursos Científico-Humanísticos de Ciência e Tecnologia um bloco semanal de Apoio à disciplina de Matemática.

3.3.1. REGULAMENTO PARA MEDIDAS DE APOIO PEDAGÓGICO

I - Medidas de Apoio a adotar

1. O apoio pedagógico pode ser prestado através das seguintes medidas:

1.1 apoio acrescido e diversificado ao longo do ano letivo;
1.2 programa de apoio intensivo após o termo das atividadesletivas do 3º período.

2. As medidas de apoio pedagógico podem assumir, entre outras, as seguintes modalidades e estratégias:

2.1. Apoio direto, prestado pelos professores, traduzindo-se em horas letivas:

a) aulas de compensação no início do ano escolar;
b) ensino diferenciado no interior da sala de aula, durante as horas letivas normais, nomeadamente pelos assessores;
c) aulas de apoio acrescido a grupos restritos do mesmo nível, de caráter temporário;
d) BEVA, BERO, BERC, BEDA e Sala de Estudo e Sala Multimédia, para a criação de hábitos de leitura, desenvolvimento de competências e hábitos de trabalho baseados na seleção, análise e crítica de documentos e pesquisa de informação, bem como incentivo para o trabalho criativo e o interesse pela ciência e pela cultura;
e) Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno (GIAA);
f) programas de ocupação de tempos livres decorrentes da falta de professores;
g) programas de tutorias para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno;
h) implementação de projetos aprovados em CP;
i) outras, mediante resolução do CT e aprovação do CP.

2.2. Outras formas de combate ao insucesso e ao abandono escolares, traduzindo-se por um apoio financeiro a atividades de complemento curricular e outras aprovadas pelo CP.

3. O crédito horário semanal disponível para medidas de apoio pedagógico deve ser gerido de acordo com os Despachos em vigor.

II - Atividades de Apoio Pedagógico

1. Aulas de compensação, aulas de apoio acrescido (APA) e aulas suplementares

1.1. Prioridades -Têm prioridade absoluta os alunos:

a) Regressados há menos de três anos de países de língua oficial não portuguesa, abrangidos pelo Despacho Normativo n.º 7/2006 e pelo Despacho Normativo n.º 30/2007 e demais legislação em vigor;

b) Abrangidos pelas medidas do regime de educação especial e necessidades educativas especiais - Decreto-Lei n.º 3/2008;

c) A quem não foram ministrados conteúdos reconhecidamente significativos dos programas.

NB:

- Em todas as alíneas referidas anteriormente, têm prioridade os alunos do ensino básico, excetona a).
- Pode haver APA a todas as disciplinas, sendo prioritários os casos de Língua Portuguesa/Português e de Matemática.

1.2. Condições - Não podem beneficiar destas aulas:

a) Os alunos que não demonstrem interesse na sua aplicação;

b) Os alunos que ultrapassem as três faltas injustificadas nestas aulas.

NB:

- Nas alíneas referidas anteriormente, o DT deve informar de imediato o EE, da exclusão dos Alunos do APA. (Utilizar documento próprio)

1.2.2. Não podem ser lecionadas aulas de apoio ou de compensação:

a) nas disciplinas de iniciação, durante o primeiro período, salvo prolongado absentismo do professor, em Língua de Iniciação;

b) a grupos que ultrapassem os **dez** alunos;

c) ao mesmo aluno, em mais de duas disciplinas.

1.2.3. Estas aulas terão sempre um caráterexcecional e temporário.

1.2.4. Os alunos indicados para estas aulas devem ser ordenados por ordem decrescente de prioridade.

1.2.5. As aulas de apoio devem ser lecionadas, sempre que possível, pelo professor da disciplina.

2. Outras Atividades de apoio - (BEVA, Sala de Estudo, Clubes, Projetos):

2.1. Prioridades – estabelecidas em CT.

2.2. Condições - Não podem beneficiar destas aulas:

a) O mesmo aluno a mais de três atividades;
b) Qualquer aluno, quando se verifique indisponibilidade de horário.

3. Processo de implementação das atividades de Apoio Pedagógico:

3.1.Aulas de apoio:

a) Verificado o interesse dos alunos, qualquer professor deteta alunos com dificuldades especiais (por indicação do DT, do DG, do EE ou da EM, caso venham indicados do ano anterior);
b) O professor que deteta a dificuldade dialoga com o professor da disciplina, que apresenta em 8 dias o plano ao DT e ao Delegado de Grupo da respetiva disciplina;
c) O DT verifica a inexistência de impedimentos (referidos no ponto II, 1.2.2 e acrescidos de horários);
d) A Direção Executiva, mediante entrega de plano pelo DT, procede ao encaminhamento do aluno para as respetivasatividades e informa a EM;
e) A Direção Executiva aprova e proporciona os livros de ponto, atualiza mapas das salas, etc.;
f) O DT convoca o EE e reúne preferencialmente na presença do aluno, sensibilizando para a necessidade dessa atividade de apoio, por escrito, recebe a respetiva autorização e dá conhecimento desta ao professor de apoio;
g) A EM elabora o mapa das atividades de apoio em funcionamento;
h) O professor responsável pelo apoio elabora o respetivo relatório de avaliação que lhe é entregue pelo DT:

1. Devolve-o até 48 horas úteis antes da reunião de avaliação ao DT e este anexa-o à ata, sendo, posteriormente, entregue ao Coordenador dos Apoios; no final do ano letivo, o "original" é incluído no PIA do aluno ficando uma cópia na EM;
2. Pontualmente, no caso de se verificarem impedimentos, o relatório de avaliação será entregue na Direção Executiva;
3. No caso de o plano não estar a surtir efeito, deve ser reestruturado, sendo também entregue na Direção Executiva em anexo à ata de reunião de Conselho de Turma reunido para o efeito.

i) O DT deve ter informação frequente sobre o funcionamento das aulas de apoio a fim de informar o EE.

3.2. Oferta Complementar – Apoio ao estudo 2º ciclo

1.1. Prioridades Têm prioridade absoluta os alunosque:

a) revelam grandes dificuldades, em qualquer disciplina;

NB:

- O apoio ao estudo é de frequência facultativa para os alunos que não são propostos pelo conselho de turma.
- O apoio ao estudo é de frequência obrigatória para os alunos quando indicados pelo conselho de turma e carecem de autorização dos Encarregados de Educação.

3.3. Outras atividades de apoio:

a) Verificado o interesse dos alunos, qualquer professor sinaliza os alunos com dificuldades e faz um levantamento dos seus interesses nas atividades de apoio oferecidas pela escola;
b) O mesmo professor elabora o plano de apoio, preenche a parte que lhe compete da ficha de avaliação da atividade e entrega-os ao DT
c) O DT verifica a inexistência de impedimentos (referidos no ponto II, 2.2) e indica, na ficha de avaliação da atividade, o dia e a hora de funcionamento;
d) A Direção Executiva, mediante entrega de plano e ficha referido na alínea b), procede ao encaminhamento do aluno para as respetivasatividades e informa a EM;
e) O DT convoca o EE e reúne preferencialmente na presença do aluno, sensibilizando para a necessidade dessa atividade de apoio, por escrito, recebe a respetiva autorização e dá conhecimento desta ao responsável pela atividade;
f) O EM integra as atividades de apoio no respetivo mapa;
g) O DT deve consultar regularmente o processo do aluno com vista ao conhecimento e avaliação contínua do mesmo;
h) O responsável informará o DT, no caso de se verificar a não comparência do aluno a três sessões consecutivas;
i) Finda a atividade, o responsável conclui o processo ao DT, que entrega cópia ao EM;

A avaliação das atividades de apoio constará em ata do CT, o qual decide da continuidade, reformulação, suspensão ou substituição daquela medida.

3.4. PNL E EDUCAÇÃO LITERÁRIA

Educação Literária e PNL

O Plano Nacional de Leitura "tem como objetivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus.
É uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos

Parlamentares, sendo assumido como uma prioridade política.

Destina-se a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura" www.planonacionaldeleitura.gov.pt (acedido em 23/11/2009).

A Escola encontra-se registada no PNL 2008 no Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos.

A Equipa Responsável pelo Projeto de Leitura e Plano Nacional de Leitura e as Bibliotecas do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo, de Vieira do Minho, criaram um Projecto de Leitura que se denomina" Formação de Leitores de Mãos Dadas - Livros Vivos", no sentido de aumentar os níveis de literacia e o sucesso escolar.

Os Livros Vivos são conjuntos de livros escolhidos para os alunos do 1.º ciclo e pré-escolar da escola onde não existe biblioteca escolar, por forma a que todos os alunos do Agrupamento tenham as mesmas oportunidades de leitura, quer em contexto escolar, quer em contexto familiar.

Outro público alvo deste projecto serão os alunos NEE, cujos docentes considerem pertinente o desenvolvimento de atividades de promoção de leitura junto deste. Neste caso, a equipa responsável das Bibliotecas do Agrupamento compromete-se a disponibilizar os livros, organizar as sessões de receção do grupo de alunos, preparar e divulgar informação de apoio aos professores e às famílias e trabalhar com elas.

TÍTULO DO PROJECTO: Livros Vivos – Formação de Leitores de Mãos Dadas

OBJECTIVOS GERAIS: Promover a leitura na sala de aula e a leitura autónoma;Formar Leitores.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

Despertar o prazer de ler;

Criar o gosto pela leitura;

Criar hábitos de leitura;

Desenvolver competências de escrita e de interpretação;

Cativar para outros saberes;

Envolver a comunidade educativa no acto de ler.

Relativamente à Educação Literária, a equipa das Bibliotecas Escolares promove de forma sistemática atividades de articulação entre alunos do Pré-escolar e do 1.º ciclo. Desenvolve contactos permanentes com os docentes de Português de forma a conhecer as suas necessidades no que se refere às obras escolhidas no âmbito da Educação Literária, no cumprimento das Metas Curriculares do Ensino Básico. Existe a preocupação em ter disponíveis as obras selecionadas pelos docentes na Biblioteca Escolar.

3.5. EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

O conceito de saúde sofreu, ao longo dos tempos, uma evolução e se um conceito de saúde absoluta, como define a OMS, não existir (uma vez que dificilmente alcançaremos um estado de completo bem-estar em todas as dimensões da nossa vida), é um facto que, cada vez mais, se tem vindo a relacionar a saúde dos indivíduos com o seu bem-estar físico, mental, social e cultural, espiritual e económico e não tanto com a doença ou com a ausência dela. O tal bem-estar global exige a adoção de um conjunto de comportamentos, sem os quais é impossível atingir o equilíbrio. Muitos desses comportamentos não são, obviamente, inatos. Nesse contexto, podemos afirmar que, viver com saúde é objeto de aprendizagem pois, os saberes que as pessoas e comunidades detêm, sejam formais ou informais, conseguem evitar, controlar e melhorar muitos problemas. (Antunes, 2008b)

Os termos Educação e Saúde surgem, portanto, interligados. Esta articulação de conceitos tem por base o papel relevante da educação na estratégia de mobilização de recursos e no reconhecimento e respeito pelos valores, residindo na criação das melhores condições para que os humanos *cresçam* e se desenvolvam em todas as dimensões do ser e em todas as fases da vida (Dias, 2009).

Crescer em todas as dimensões e nas diversas fases da vida inclui também saber lidar com o corpo, baseados em conhecimentos adquiridos acerca da fisiologia do organismo e de formas como prevenir ou resolver um problema. Isto torna evidente a relação dos conceitos de saúde e educação, sendo possível afirmar que educar para a saúde implica motivar para a construção de conhecimentos que conduzam à livre adoção de atitudes e comportamentos promotores de estilos de vida saudáveis (Antunes, 2008a).

É cada vez mais aceite que a Escola, como um local de eleição que é, deve partir do pressuposto que a educação/promoção da saúde é um processo de capacitação, participação e responsabilização que deve levar as crianças e os jovens, a sentirem-se competentes, felizes e valorizados, por adotarem e manterem estilos de vida saudáveis (Rodrigues, Carvalho, Gonçalves, Carvalho, 2007).

A escola tem, portanto, um papel fundamental na promoção e educação para a saúde dos indivíduos, não obstante, a responsabilidade a este nível não é exclusivamente sua. A família, o grupo de pares e a comunidade também têm muita influência, uma vez que são modelos das nossas condutas. **É preciso por isso, cada vez mais, um envolvimento familiar, escolar e social efetivo que permita uma verdadeira interação** (Sampaio, Baptista, Matos e Silva, 2005).

O Programa Nacional de Saúde Escolar - Despacho n.º 12.045/2006 (2.ª série), na senda das finalidades que se propõe atingir, desenha uma estratégia de intervenção global, organizada numa Agenda da Saúde Escolar que contempla:

1. A Saúde individual e coletiva;

2. A Inclusão escolar;

3. O Ambiente escolar;

4. Os Estilos de vida.

Sendo as **áreas prioritárias para a promoção de estilos de vida saudável:**

Saúde mental

Saúde oral

Alimentação saudável

Atividade física

Ambiente e saúde

Promoção da segurança e prevenção de acidentes

Educação sexual e reprodutiva

Educação para a prevenção do consumo de substâncias ilícitas (tabaco, álcool e medicamentos)

Prevenção da violência em meio escolar (*bullying* e comportamentos autodestrutivos)

Ainda de acordo com o programa supracitado, dos técnicos de saúde e de educação espera-se que, no desempenho das suas funções, assumam uma atitude permanente de *empowerment*, o princípio básico da promoção da saúde. **As estratégias a adotar pela Escola deverão permitir criar sinergias com o ambiente social, assegurar respostas adequadas às necessidades e aos problemas diagnosticados, promover a participação do Centro de Saúde e dos outros setores da comunidade no desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras da saúde.**

De acordo com a legislação em vigor (**Lei º 60/2009 , de 6 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº196 - A/2010 de 9 de Abril**), a **Educação Sexual** deverá ser incluída nos currículos do Ensino Básico e Secundário, integrada na área da Educação para a Saúde, área da qual fazem parte, igualmente, a educação alimentar, a atividade física, a prevenção de consumos nocivos e a prevenção da violência em meio escolar.

A interiorização do conceito de sexualidade humana, tendo em conta as suas várias componentes, é um passo fundamental para o reconhecimento do seu valor na vida humana. Adote-se a definição de sexualidade segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

> ***"A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental."***

Esta definição de sexualidade expressa toda a abrangência da palavra, envolvendo as várias dimensões da sexualidade humana (orgânica, fisiológica, emocional, afetiva, social e cultural). Cada pessoa vive a sua sexualidade de forma diferente de acordo com a educação recebida pela família, os amigos, a escola, o local onde vive, os meios de comunicação, entre outros e esta experiência interfere na sua construção enquanto pessoa e, portanto, na sua saúde. Como referem López e Fuertes, (1999) *"a sexualidade não só mediatiza todo o nosso ser como também é mediatizada pelo que somos"*.

O PRESSE

O PRESSE é o Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar, promovido pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARSN) através do seu Departamento de Saúde Pública (DSP) em parceria com a DGESTEDireção Regional de Educação do Norte (DREN), que apoia a implementação da Educação Sexual nas escolas, de uma forma estruturada e sustentada, envolvendo o trabalho conjunto entre os profissionais de educação e de saúde escolar.

O PRESSE apresenta-se como uma resposta facilitadora de todo o processo através de medidas de intervenção definidas regionalmente e aplicadas a nível local. O modelo de intervenção PRESSE assenta na metodologia de projeto e promove a intervenção interdisciplinar.

A elaboração, implementação, monitorização e avaliação do PRESSE é da responsabilidade de uma equipa multidisciplinar (gt-PRESSE) com formação e experiência em Educação Sexual: Maria da Paz Luís (Médica da Saúde Pública); Miriam Gonzaga (Licenciada em Ciências da Educação); Susana sousa (Enfermeira de Saúde Comunitária e Mestre em sexologia) e Cármen Guimarães (Psicóloga), em articulação direta e periódica com a Coordenadora da Educação e Promoção da Saúde da DGESTE.

A gestão local do PRESSE é da responsabilidade da Unidade de Saúde Pública (USP) na figura Gestor PRESSE Local (GPL) que, no âmbito da Saúde Escolar, apoia a sua implementação. A operacionalização do programa é assegurada pela equipa-PRESSE (e-PRESSE), ou seja, uma equipa multidisciplinar, constituída por dois profissionais da saúde escolar (médicos e/ou enfermeiros), pelo professor coordenador de educação para a saúde e, se possível, por um psicólogo a desempenhar funções na saúde ou na educação.

Desta forma, o programa PRESSE desenvolve-se através de várias medidas, tais como:

- Formação dos profissionais de saúde escolar, professores e psicólogos em sexualidade humana, educação sexual e metodologias pedagógicas;

- Disponibilização de recursos pedagógicos (guiões de formação de professores, cadernos de atividades para alunos, jogos pedagógicos, entre outros) que facilitam a aplicação dos conteúdos curriculares em educação sexual previstos para os vários níveis de ensino;

- Promoção de iniciativas de complemento curricular que contribuem para dinamização da educação sexual nas escolas tais como: teatro-debate, concursos, exposições, entre outras.

▪ Apoio para a implementação de Gabinetes de Informação e Apoio (GIA) no âmbito da educação para a saúde e educação sexual.

O PRESSE tem como finalidade incluir, nos projetos educativos e nos currículos das escolas básicas e secundárias, um programa de educação sexual estruturado e sustentado, para aumentar os fatores de proteção e para diminuir os comportamentos de risco dos alunos em relação à sexualidade.

O programa PRESSE tem como população-alvo alunos e professores do 1º, 2º, 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, envolvendo também pais, encarregados de educação, pessoal não docente e restante comunidade possuindo todos estes atores um papel ativo no desenvolvimento deste programa.

Bibliografia

-Antunes, M.C. (2008a). *Educação, saúde e desenvolvimento.* Coimbra: Almedina, 47-63.

-Antunes, M.C. (2008b). Promoção e Educação para a saúde: a participação comunitária como proposta metodológica. In Bonito, J. (Coord). *Educação para a saúde no séc. XXI – teorias, modelos e práticas*. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora, 624 – 631. Consultado a 15 de junho em http://www.ciep.uevora.pt/eps/2EPS.pdf.

-Dias, J. R. (2009). *Educação - O caminho da Nova Humanidade: das coisas às pessoas e aos valores.* Lisboa: Papiro Editora.

-Luís, Gonzaga, Sousa e Guimarães (s/d). *Guião de Formação de Professores.*PRESSE, Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Departamento de Saúde Pública

-Rodrigues, Carvalho, Gonçalves e Carvalho(2007). *Situações de Risco para a Saúde de Jovens Adolescente.* Consultado a 6 de setembro de 2010 em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6651/1/Situacoes%20de%20risco.pdf

- Sampaio, Baptista, Matos e Silva (2005). Grupo de Trabalho de Educação Sexual – Relatório Preliminar. Consultado a 2 de janeiro de 2014 em

http://www.dge.mec.pt/educacaosaude/data/educacaosaude/educacaosexual/relatorio_preliminar_es_31_10_2005.pdf.

3.6. CLUBE DE ARTES

O Currículo Nacional do Ensino Básico salienta que:

"As Artes são elementos indispensáveis no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do aluno. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção. Elas perpassam as vidas das pessoas, trazendo novas perspetivas, formas e densidades ao ambiente e à sociedade em que se vive.

A vivência artística influencia o modo como se aprende, como se comunica e como se interpretam os significados do quotidiano. Desta forma, contribui para o desenvolvimento de diferentes competências e reflete-se no modo como se pensa, no que se pensa e no que se produz com o pensamento.

As artes permitem participar em desafios coletivos e pessoais que contribuem para a construção da identidade pessoal e social, exprimem e enformam a identidade nacional, permitem o entendimento das tradições de outras culturas e são uma área de eleição no âmbito da aprendizagem ao longo da vida.

A educação artística no ensino básico desenvolve-se, maioritariamente, através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos: expressão plástica e educação visual; expressão e educação musical; expressão dramática / teatro; expressão físico-motora / dança.

A definição de competências específicas, comuns a todas as artes presentes na escola, pretende contribuir, nomeadamente, para a estruturação das ofertas de escola que excedam o âmbito das áreas disciplinares atrás apresentadas, para a realização de projetos de integração artística e, ainda, para a organização de atividades artísticas em espaços de enriquecimento curricular."

Diz ainda: " No 3º ciclo o leque de escolhas à disposição do aluno é alargado. Permanece a Educação Visual como disciplina obrigatória e é introduzida outra área artística opcional, de carácter obrigatório, de acordo com a oferta de escola (Educação Musical, Oficina de Teatro, Dança ou outra."

Propomos, assim, no presente ano lectivo, a criação de um Clube das Artes, aberto aos alunos da escola e / ou outros elementos da comunidade educativa interessados na sua frequência.

Propomos, ainda, para o próximo ano letivo, a escola oferecer, aos alunos do 3º ciclo, a opção da disciplina de "Pintura" como disciplina de oferta de escola, dividindo as turmas semestralmente com a disciplina de Educação Tecnológica.

Literacia em Artes

Literacia em artes pressupõe a capacidade de comunicar e interpretar significados usando as linguagens das disciplinas artísticas.

Implica a aquisição de competências e o uso de sinais e símbolos particulares, distintos em cada arte, para percecionar e converter mensagens e significados.

Requer ainda o entendimento de uma obra de arte no contexto social e cultural que a envolve e o reconhecimento das suas funções nele.

Desenvolver a literacia artística é um processo sempre inacabado de aprendizagem e participação que contribui para o desenvolvimento de uma das nossas comunidades e culturas, num mundo onde o domínio de literacias múltiplas é cada vez mais importante.

A literacia em artes implica as competências consideradas comuns a todas as disciplinas artísticas, sintetizadas em quatro eixos interdependentes:

- Apropriação das linguagens elementares das artes;
- Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação;
- Desenvolvimento da criatividade;
- Compreensão das artes no contexto.

<u>Apropriação das linguagens elementares das artes</u>

- Adquirir conceitos;
- Identificar conceitos em obras artísticas;
- Aplicar os conhecimentos a novas situações;

- Identificar técnicas e instrumentos e ser capaz de os aplicar com correção e oportunidade;

- Descodificar diferentes linguagens e códigos das artes;

- Compreender o fenómeno artístico numa perspetiva científica;

- Aplicar adequadamente vocabulário específico.

Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação

- Aplicar as linguagens e códigos de comunicação de ontem e de hoje;

- Ser capaz de interagir com os outros sem perder a individualidade e a autenticidade;

- Ser capaz de se pronunciar criticamente em relação à sua produção e à dos outros;

- Relacionar-se emocionalmente com a obra de arte;

- Desenvolver a motricidade na utilização das diferentes técnicas artísticas;

- Participar ativamente no processo de produção artística;

- Compreender os estereótipos como elementos facilitadores mas também empobrecedores da comunicação;

- Cumprir normas democraticamente estabelecidas para o trabalho de grupo, gerir materiais e equipamentos coletivos, partilhar espaços de trabalho e ser capaz de avaliar esses procedimentos.

Desenvolvimento da criatividade

- Valorizar a expressão espontânea;

- Procurar soluções originais, diversificadas, alternativas para os problemas;

- Selecionar a informação em função do problema;

- Escolher técnicas e instrumentos com intenção expressiva;

- Participar em momentos de improvisação no processo de criação artística.

Compreensão das artes no contexto

- Identificar características da arte portuguesa;
- Identificar características da arte de diferentes povos, culturas e épocas;
- Comparar diferentes formas de expressão artística;
- Valorizar o património artístico;
- Desenvolver projetos de pesquisa em artes;
- Perceber a evolução das artes em consequência do avanço tecnológico;
- Perceber o valor das artes nas várias culturas e sociedades e no dia-a-dia das pessoas;
- Vivenciar acontecimentos artísticos em contacto direto;
- Conhecer ambientes de trabalho relacionados com atividades artísticas.

3.7. PLANO TECNOLÓGICO DA ESCOLA (PTE)

O Plano Tecnológico da Escola (PTE) é um Projeto do Ministério da Educação, com a finalidade de conceber, promover e avaliar iniciativas mobilizadoras e integradoras do uso dos meios informáticos nas escolas, nomeadamente nos processos de ensino.

O PTE tem por objetivo preparar os alunos para a Sociedade de Informação e do Conhecimento, tem por base o uso de computadores, de redes e de Internet na Escola, com vista a criar condições necessárias à aprendizagem baseada no recurso a fontes e suportes diversificados de informação, aproveitando o potencial das TIC, motivando todos os agentes educativos no processo de ensino aprendizagem.

Provavelmente, a mais importante mudança provocada pela utilização das tecnologias de informação e comunicação na educação traduz-se na abolição das distâncias. De facto, as comunicações via Internet podem transportar o trabalho de um especialista ou uma fonte de informação rara a um vasto número de alunos geograficamente disperso, a custos reduzidos.

Graças às TIC e principalmente graças à Internet, pode fazer-se chegar à sala de aula um conjunto de recursos não disponíveis na escola e, provavelmente, muito difícil de obter por

outros meios. Começa a manifestar-se uma grande tendência, provocada pela utilização das TIC, para a individualização da aprendizagem e controlo por parte do utilizador, seja aluno ou professor. O cerne da questão está em dar um enquadramento pedagógico no recurso a estes meios, isto é, integrar na esfera curricular esta enorme quantidade de informação disponível e acessível por via telemática.

Espera-se que se possa produzir um desenvolvimento nos processos de ensino e aprendizagem com efeitos concretos nas experiências de aprendizagem dos alunos. Com as TIC, multiplica-se a quantidade de informação disponível ao mesmo tempo que a possibilidade de produzir e de divulgar materiais. Além disso, a interatividade que se integra nos ambientes em linha, tais como as comunidades virtuais e equipas colaborativas podem ajudar a transformar a educação. A comunicação virtual cria condições para que os alunos procurem, classifiquem e selecionem informação, a comentem e opinem, comparem e tomem decisões, fazendo ouvir a sua voz.

Na utilização, por professores, com os seus alunos, em ambiente de sala de aula e em atividades de apoio a alunos em situações curriculares e extracurriculares, foram delineados os seguintes objetivos:

@- Desenvolver capacidades de utilização das TIC;

@- Promover a integração curricular das TIC numa perspetiva transversal;

@- Produzir/adaptar materiais pedagógicos, de modo a diversificar estratégias e a motivar os alunos e a partilhá-los com os seus pares;

@- Implementar tarefas de trabalho/estudo com recursos às novas tecnologias;

@- Integrar as TIC como modo de concretizar de forma mais explícita as indicações dos programas curriculares;

@- Usar diferentes representações, em particular, as dinâmicas;

@- Acompanhar a evolução pedagógica aliada ao processo de ensino-aprendizagem;

@- Estimular o desenvolvimento científico;

@- Melhorar a qualidade de educação e o prazer de ensinar;

@- Ampliar as competências a nível pedagógico, de gestão organizacional e tecnológica;

@- Apoiar o desenvolvimento curricular e a inovação;

@- Consciencializar os alunos das potencialidades das TIC para a comunicação no ensino e aprendizagem, de modo claro e apropriado;

@- Ensinar os alunos a usarem e/ou a desenvolverem as suas competências no uso das TIC;

@- Trazer para a sala de aula ferramentas TIC que os alunos possam usar em casa;

@- Comunicar, trocar informação, cooperar, partilhar e colaborar usando ferramentas em linha;

@- Trabalhar sem restrições de distância ou de hora;

@- Familiarizar-se com normas básicas e de etiqueta na comunicação virtual para serem capazes de colaborar de uma forma apropriada numa comunidade virtual;

@- Desenvolver o espírito crítico;

@- Aumentar a interação e a autonomia no processo de ensino – aprendizagem;

@- Comunicar ideias e informação de forma variada e criativa;

@- Avaliar criticamente o conteúdo e a apresentação de informação proveniente de várias fontes;

@- Manusear informação, pesquisando e selecionando;

@- Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo.

3.8. CLUBE DA FLORESTA

No ano letivo de 1993/94, é criado o PROSEPE, um Projeto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar. A sua criação, resultou da ideia de dar continuidade a um conjunto de ações promovidas pelo Instituto de Estudos Geográficos (Universidade de Coimbra), pela Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF), reunindo-as num único projeto com vista à formação conjunta de um público-alvo específico – os Jovens.

Os pilares deste projeto estavam relacionados com formação, consciencialização e responsabilização dos mais jovens, incentivando-os a agirem, usando as suas capacidades criativas, de crianças e de jovens, assumindo um papel interventivo junto dos adultos.

O PROSEPE assumiu-se, desde a sua criação, como um Projeto Pedagógico, de Educação de Jovens, enquadrado na área da Educação Ambiental, mas especificamente, de Educação Florestal.

Pelo número de Professores e Alunos envolvidos, o PROSEPE é o maior e mais longo Projeto de Educação Florestal existente no país.

O projeto é dinamizado pelo Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, contando desde logo com a colaboração e o apoio de diversas entidades e organismos, através do seu envolvimento direto na organização de diferentes atividades.

Deste modo, pretende concatenar sinergias e rentabilizar recursos, reunindo, num único projeto, uma série de ações com vista à formação conjunta de um público-alvo específico – os Jovens, através duma aprendizagem de convivência, sem conflitos, com os espaços florestais, de forma a conservá-los e, se necessário, a melhorá-los.

Deste modo, no âmbito mais específico da sua atuação, o projeto visa contribuir, sobretudo, para o desenvolvimento sustentado e sustentável do sector florestal, através da sensibilização da população escolar, através dela, da população em geral para a importância da floresta e da sua preservação, centrando-se no principal problema que atualmente a afeta, os incêndios florestais.

O projeto tem igualmente uma grande abrangência pedagógica, tanto no que se refere à integração dos alunos na comunidade educativa, conduzindo a mudanças comportamentais positivas e a uma maior aproximação na relação aluno - professor e aluno - aluno, como na superação de dificuldades no domínio cognitivo através duma aprendizagem transdisciplinar.

O nosso agrupamento participa neste projeto com os CLUBES DA FLORESTA – CEDRO, MICÓFILOS e GARRANITOS.

Objetivos Pedagógicos:

Contribuir para a formação cívica dos alunos;

Desenvolver o espírito de observação;

Fomentar a relação professor/aluno e aluno/aluno, quer na sala de aula, quer nas atividades de exterior;

Aplicar conhecimentos adquiridos em diferentes áreas disciplinares, recorrendo a técnicas específicas;

Desenvolver capacidades e atitudes nos jovens, de forma a contribuir para a mudança de mentalidades;

Contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos alunos;

Recuperar alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou integração, partindo de atividades/ espaços menos formais de ensino/aprendizagem, onde o aluno mais facilmente exterioriza as suas capacidades/aptidões.

Objetivos Ambientais:

Formar cidadãos conscientes, quer em termos da problemática ambiental em geral, quer do ambiente florestal, em particular e, sobretudo, das questões ligadas à preservação e defesa da floresta contra os incêndios florestais e, ainda, responsabilizá-los pelo futuro da floresta;

Fomentar nos jovens conceitos, princípios, valores, comportamentos e atitudes que lhes permitam viver em harmonia com os espaços de aptidão florestal, nos seus múltiplos usos;

Responsabilizar os jovens para que, eles próprios, sejam o veículo de transmissão dos princípios adquiridos, não só na comunidade escolar, mas também no meio onde esta se insere;

Promover o desenvolvimento de novas perspetivas de "olhar" e "cuidar" a Floresta.

Objetivos Florestais:

1.Ministrar formação florestal aos jovens estudantes:

Formar cidadãos conscientes da importância nacional da nossa floresta e responsabilizá-los pelo futuro desta;

Alertar os estudantes para as vantagens do redimensionamento das propriedades florestais, através de compra, venda, troca, arrendamento, associação de parcelas (prédios);

Fazer-lhes sentir que a floresta é vida, pelo que deve ser conduzida, gerida, orientada e não deixada entregue a si própria. Tal implica intervenção programada, condução e gestão dos povoamentos florestais.

2. Dar educação florestal aos estudantes:

Despertar nos jovens em idade escolar, valores, princípios e atitudes comportamentais que conduzam à preservação e defesa da floresta;

Dar-lhes a conhecer a floresta, tanto nas potencialidades que encerra como nos malefícios que a afetam;

Incutir neles a importância económica da floresta, tanto de produção, como de uso múltiplo e, até, de conservação, bem como as potencialidades do sector florestal;

Ensinar-lhes as finalidades da floresta de proteção;

Ajudar a que sejam capazes de identificar as espécies autóctones e as exóticas mais frequentes;

Salientar a função e o valor económico das principais espécies arbóreas e arbustivas existentes em Portugal;

Divulgar a geodiversidade das áreas florestais e a biodiversidade animal e vegetal do meio florestal;

Levar os jovens a contactar diretamente com os espaços florestais e a conviver, sem conflitos, com o ambiente florestal.

3.9. ESTRUTURAS DE APOIO

3.9.1 REGIMENTO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR (EM)

Artigo 1º - Definição e composição

A EM é destinada a acompanhar em permanência os alunos, designadamente aqueles que revelem maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar,

comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas previstos no Estatuto do Aluno.

As EM devem pautar as suas intervenções nos âmbitos da capacitação do aluno e da capacitação parental tendo como referência boas práticas nacional e internacionalmente reconhecidas.

A EM é constituída pelos seguintes elementos:

Responsável pela Ação Social Escolar;

Coordenador das atividades de Apoio Pedagógico Acrescido (APA), nomeado pelo Diretor;

Responsável pelo SPO;

Coordenadores dos Diretores de Turma do 2º e 3º ciclos do ensino regular, do ensino secundário dos Cursos Científico-humanísticos e das Novas Oportunidades;

Coordenador da Biblioteca Escolar e da Sala de Estudo;

Coordenador da Educação Especial;

Coordenador do Ensino Pré-escolar;

Coordenador do 1º Ciclo do Ensino Básico;

Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco (CPCJ);

Representante da Associação de Pais e de Encarregados de Educação;

Representante da GNR (Escola Segura);

Outros elementos para apoios indicados pela Direção Executiva.

Artigo 2º - Competências e atribuições

1- A atuação da EM prossegue, designadamente, os seguintes objetivos:

a) Inventariar as situações problemáticas com origem na comunidade envolvente, alertando e motivando os agentes locais para a sua intervenção, designadamente preventiva;

b) Promover medidas de integração e inclusão do aluno na escola tendo em conta a sua envolvência familiar e social;

c) Atuar preventivamente relativamente aos alunos;

d) Acompanhar os alunos nos planos de integração na escola e na aquisição e desenvolvimento de métodos de estudo, de trabalho escolar e medidas de recuperação da aprendizagem;

e) Supervisionar a aplicação de medidas corretivas e disciplinares sancionatórias, sempre que essa missão lhe seja atribuída;

f) Aconselhar e propor percursos alternativos aos alunos em risco, em articulação com outras equipas ou serviços com atribuições nessa área;

g) Propor o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições, públicas ou privadas, da comunidade local, designadamente com o tecido socioeconómico e empresarial, de apoio social na comunidade, com a rede social municipal, de modo a participarem na proposta ou execução das diferentes medidas de integração escolar, social ou profissional dos jovens em risco;

h) Estabelecer ligação com as comissões de proteção de crianças e jovens em risco, designadamente, para os efeitos e medidas previstas neste Estatuto, relativas ao aluno e ou às suas famílias;

i) Promover as sessões de capacitação parental;

j) Promover a formação em gestão comportamental;

k) Assegurar a mediação social, procurando, supletivamente, outros agentes para a mediação na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação.

Artigo 3º - Funcionamento

A EM é coordenada por um docente designado pelo Diretor;

A EM reúne ordinariamente duas vezes período, e extraordinariamente, quando convocados pelo respetivo coordenador, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros ou a pedido expresso do Diretor ou do CP;

Durante o intervalo das reuniões ordinárias há uma comunicação sistemática via email entre todos os membros da EM, com envio de informação atempada aos diversos agentes educativos, nomeadamente DT;

Em tudo aquilo que não se encontre aqui expressamente previsto, as reuniões da EM obedecem ao estipulado no Regulamento Interno do Agrupamento;

As decisões da EM que impliquem comportamentos e atitudes de membros dos diversos órgãos escolares são veiculadas através da DE.

Artigo 4º - Casos Omissos e Revisão do Regimento

1- Nos caso omissos neste Regimento, a EM obedecerá ao Regulamento Interno, ao Projeto Educativo do Agrupamento e às normas internas provenientes da Direção Executiva.

2- Este Regimento será revisto obrigatoriamente no início de cada ano letivo, sendo enviado a todos os elementos constituintes da EM em suporte digital.

3.9.2. GABINETE DE INFORMAÇÃO E APOIO AO ALUNO (GIAA)

A Escola EB/S Vieira de Araújo tem na sua estrutura organizativa um gabinete abrangente de apoio ao aluno, que centraliza, articula e organiza os vários recursos disponíveis, de modo a ter uma atuação que se quer mais concertada e também mais eficaz no apoio à população estudantil.

Considerando a diversidade de problemas que apresentam os nossos alunos, não só os alunos integrados no Ensino Especial (EE), como aqueles que apresentam Necessidades Educativas Especiais (NEE) ou, ainda, necessidades de Apoio Sócio - Educativo ou problemas de aprendizagem, o GAA fundamenta a sua actuação na concertação e articulação dos recursos, não apenas intra–escola, mas também extra - escola (na articulação com as famílias e com os vários serviços: Segurança Social, Serviços de Saúde, Centros de Emprego, outras instituições de ensino – Universidades, Escolas Profissionais - e Instituições de Ensino Especializadas – CERCI, APPACDM, CRPG….).

Pretende-se o GIAA, localizado em local adequado e identidade própria (criação de um logótipo), com funcionamento contínuo, de modo a permitir um fácil acesso aos alunos e profissionais envolvidos, possibilitando uma orientação eficaz e atempada aos problemas inerentes à dinâmica escolar.

OBJETIVOS:

O objetivo essencial do (GIAA) é promover o desenvolvimento do crescimento e de qualidade social em contexto escolar. Para tal, o GIAA coordena esforços de forma a dar resposta às necessidades de todos os alunos através de medidas de apoio, tais como:

- Atender alunos, pais, encarregados de educação, docentes e outros interessados;

- Identificar necessidades e providenciar respostas em articulação com os serviços competentes.

ORGÂNICA/FUNCIONAMENTO

COMPOSIÇÂO

- Este serviço de apoio será composto por docentes/técnicos voluntários e convidados;

- O coordenador será nomeado pelo Diretor.

FUNCIONAMENTO

- O GIAA funcionará diariamente no horário escolar;

- Será feito um registo individual de acompanhamento;

- Haverá uma reunião mensal no âmbito da análise/avaliação do trabalho do GIAA;

- Caso se verifique necessidade, este órgão reunir-se-á, extraordinariamente por convocatória do coordenador.

PERFIL DO DOCENTE/ TÉCNICO:

a) Conhecimento aprofundado do contexto escolar e das estruturas de apoio dentro da própria escola e no concelho;

b) Como pessoa, com a capacidade de dialogar, com sentido de responsabilidade, tolerância e respeito pelos outros;

c) Com capacidades bem definidas e desenvolvidas nas áreas de mediação e resolução de conflitos, comunicação, relacionamento interpessoal, processo de tomada de decisões.

FUNCÕES DO DOCENTE NO GIAA

a) Atendimento de alunos, pais, docentes e outros interessados;

b) Mediação entre pares, professor/aluno, aluno/família;

c) Identificar necessidades da comunidade escolar;

d) Providenciar resposta em articulação com outros serviços;

e) Esclarecer os alunos sobre o mundo laboral, procedimentos de acesso ao mesmo, possibilidades educativas e formativas;

f) Ensinar os alunos a expressarem-se, a definir objectivos pessoais, a terem percepção das suas características de personalidade e a respeitar os outros;

g) Desenvolver nos alunos uma maior perceção de autoeficácia, autoestima e autoconceito, como forma de melhorar o rendimento escolar e o desenvolvimento pessoal.

CONFIDENCIALIDADE

Os dados e o conhecimento das situações deverão ser tratados de forma confidencial e toda e qualquer informação que seja transmitida a outros intervenientes deverá respeitar a própria pessoa e remeter-se única e exclusivamente para a resolução de situação.

3.9.3. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO (SPO)

O SPO é uma Unidade Especializada de Apoio Educativo, sendo a sua actividade enquadrada pelo Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de maio e pelo Decreto-Lei nº 300/97, de 31 de outubro.

De um modo geral, o Decreto-Lei nº 46/86, de 14 de outubro, no artigo 26º define que é da competência do SPO o apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos; orientação escolar e profissional; apoio psicopedagógico às atividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar.

A natureza, atribuições e competências do SPO requerem, do ponto de vista da gestão dos recursos humanos, uma racionalização que flexibilize o desempenho dos respetivos profissionais, de acordo com a dinâmica da rede escolar.

De acordo com o nível de educação e ensino em que se integra, o SPO atua em estreita articulação com os outros serviços de apoio educativo, designadamente os de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais (Núcleo de Educação Especial), a Equipa Multidisciplinar (EM), os Serviços de Ação Social, os Serviços de Apoio à Saúde Escolar e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vieira do Minho.

Aos técnicos de SPO, integrados ou não em equipa multidisciplinar, com formação para o efeito, incumbe ainda o papel especial de colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas de alunos e fenómenos de violência, na elaboração de planos de acompanhamento para estes, envolvendo a comunidade educativa.

O SPO é assegurado por uma Psicóloga, integrada no quadro de vinculação da DGEST, que coordena estes serviços e superintende toda a população do Agrupamento de Escolas de Vieira do Minho, dispondo de autonomia técnica e científica, regendo-se por códigos de ética e deontologia adotados pelas associações científico - profissionais portuguesas e internacionais.

A coordenadora do SPO é por natureza a psicóloga integrada no quadro de vinculação da DGEST e colocada na sede do agrupamento, cabendo-lhe articular o desenvolvimento das ações do Serviço bem como assegurar a execução das atividades inerentes; fomentar a cooperação entre o SPO e outros Serviços da comunidade escolar, assim como com outras entidades públicas ou privadas; colaborar com o Órgão de Gestão.

A coordenadora do Serviço depende do órgão de administração e gestão do agrupamento em que se insere, sem prejuízo da sua autonomia técnica/cientifica e do respeito pela sua deontologia profissional.

O SPO tem inúmeras valências e funções, nomeadamente a avaliação e/ou acompanhamento direto ou indireto de alunos com diversas problemáticas. Para encaminhamento de pedidos de avaliação/acompanhamento para este Serviço é necessário cumprir determinados procedimentos previamente divulgados junto dos DT, Professores Titulares de Turma e Educadores, sendo depois dado seguimento ao processo conforme os critérios de prioridade estabelecidos: maior complexidade da problemática; a precocidade: visando a deteção de fatores de risco nas camadas mais novas do sistema educativo; pedidos de avaliação/acompanhamento enviados pelo Tribunal de Família e Menores/CPCJ.

O SPO rege-se por um regimento interno.

3.9.4. EDUCAÇÃO ESPECIAL (EE)

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL (EE)

A EE visa a criação de condições para a adequação do processo educativo ao perfil de funcionalidade dos alunos, com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente. Na sequência de tais limitações resultam dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

O Decreto - Lei nº3/2008, de 7 de janeiro, define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, preconizando a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma transição da escola para o emprego das crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE).

1.1- Competências do serviço de EE

Da responsabilidade deste serviço, destaca-se todo o processo relativo à avaliação especializada dos alunos e a elegibilidade para os Serviços de EE, tendo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) como quadro de referência, bem como a sua

superintendência, designadamente, na elaboração dos seguintes instrumentos: Roteiro de Avaliação, Checklist, Relatório Técnico – Pedagógico e Programa Educativo Individual (PEI). A este serviço, previamente, também, compete proceder à preparação individual de cada reunião da Equipa Pluridisciplinar.

De salientar, ainda, que a atribuição primordial dos docentes de EE consiste em dar apoio pedagógico personalizado aos alunos com NEE de carácter permanente, ao nível do reforço e desenvolvimento das áreas específicas de aprendizagem definidas nos respetivos Programas Educativos Individuais (PEI's).

No contexto do acompanhamento escolar dos alunos propostos para beneficiar dos Serviços de EE, inscreve-se um acompanhamento das famílias, parceiros privilegiados, e uma articulação com todos os serviços e entidades que intervêm no processo de apoio às crianças/jovens com NEE, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não-governamentais. Dando viabilidade a todo este processo, tendo como finalidade conceber, com exequibilidade, uma transição para a vida pós – escolar, o PEI, inclui, também, um Plano Individual de Transição (PIT), considerando os interesses de cada aluno, a sua faixa etária e as expectativas da família.

1.2 - Modalidades Específicas de Educação

1.2.1. Unidade De Apoio Especializado à Multideficiência (UAEM)

A Unidade de Apoio Especializado, situada na Escola EB/S Vieira de Araújo, constitui uma resposta especializada desenvolvida no AEVA, que visa a participação dos alunos com multideficiência nas atividades da escola, promovendo a sua integração social e escolar.

A Unidade dispõe de um docente de EE, assistentes operacionais e de técnicos de reabilitação, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta, no âmbito do protocolo com o CRI, Centro de Recursos para a Inclusão.

2. AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ABRANGIDOS PELA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - "Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de janeiro"

A avaliação dos alunos abrangidos pela modalidade de EE efetua-se de acordo com o estabelecido para todos os discentes, excetuando-se todas as situações em

que no PEI estejam explicitadas e devidamente fundamentadas condições de avaliação próprias. Nestes casos, o processo avaliativo decorre conforme os termos definidos no referido PEI.

2.1 - Critérios de Avaliação

2.1.1 - Alunos abrangidos pelo artigo 21.º (Currículo Especifico Individual):

- Não realizam autoavaliação, por não apresentarem condições para tal, uma vez que este processo envolve a metacognição;

- A informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se numa menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno, em conformidade com o Despacho Normativo n.º 24-A, 6 de dezembro de 2012;

- Estão dispensados da realização das provas finais de ciclo.

2.1.2 – Definição dos critérios de avaliação, aprovados em CP:

- O domínio das atitudes tem um peso de 50%, que contempla a assiduidade, pontualidade, a realização e participação das tarefas propostas, tendo em consideração o seu nível de capacidade, fazer-se acompanhar de todo o material escolar proposto e o respeito e cumprimento das regras;

- O domínio cognitivo, com o peso de 50%, que contempla a aquisição dos objetivos previstos na programação específica.

2.2 - Alunos abrangidos pelo disposto no n.º1 do artigo 20.º (Adequações no Processo de Avaliação)

Prestam provas finais de ciclo e exames nacionais previstos para os restantes examinandos, podendo, no entanto, ao abrigo da legislação em vigor e de acordo com o consubstanciado no PEI, usufruir de condições especiais de avaliação.

No PAT terão que constar a identificação, as medidas de atendimento e os critérios de avaliação dos alunos com NEE que serão da responsabilidade do educador de infância,

na educação pré-escolar, do docente titular de turma, no 1º ciclo, ou conselho de turma, no 2º, 3º ciclos e secundário, em colaboração com o docente de educação especial e outros técnicos envolvidos no processo educativo do aluno.

A avaliação da implementação das medidas educativas deve assumir caráter de continuidade, sendo obrigatória pelo menos em cada um dos momentos de avaliação (ponto 2 do artº 13). A avaliação trimestral formaliza-se em ata de CT, no final de cada ano letivo, através da elaboração de um Relatório Circunstanciado. Desta avaliação resultará, sempre que se ache necessário e pertinente no processo educativo do aluno, a adequação do seu PEI), numa perspetiva dinâmica de Currículo Escolar.

3.9.5. APOIO SOCIAL ESCOLAR

Neste serviço serão apoiados todos os alunos que, comprovadamente, manifestem dificuldades de nível económico. Esse apoio pode traduzir-se na atribuição de subsídio que corresponderá a atribuição da totalidade ou de parte dos manuais escolares, de materiais, de refeições e outros apoios que se entendam necessários.

No 1º Ciclo, todos os alunos, independente das possibilidades económicas das respetivas famílias, beneficiam de transporte, alimentação e manuais escolares gratuitos.

3.9.6. BIBLIOTECAS ESCOLARES/ SALA DE ESTUDO/ SALA MULTIMÉDIA

As Bibliotecas do AEVA estão sob a coordenação de dois Professores Bibliotecários, colocados em Concurso Interno, ao abrigo da Portaria n.º 756/2009.D.R.n.º 134, Série I de 2009-07.

A BEVA, a BEDA, a BERO e a BERC são serviços integrantes do AEVA, de caráter informativo, de referência e de divulgação da informação, promoção da leitura e das literacias da informação. A Sala de Estudo e a Sala Multimédia servem de apoio à BEVA e estão sob a

alçada do Coordenador das Bibliotecas Escolares. As Bibliotecas Escolares também divulgam as atividades realizadas e a realizar, informam, formam e prestam apoio aos alunos e restante comunidade escolar através do *do blogue: http://clubedaleituradabeva.blogspot.pt/.*

Objetivos

São objetivos das Bibliotecas e dos seus espaços físicos e digitais:

Estimular a criatividade, a curiosidade intelectual e o sentido crítico dos estudantes, contribuindo para a sua educação, prazer, formação e informação;

Apoiar os programas curriculares, criando condições de trabalho para a promoção do desenvolvimento curricular de forma transversal e integrada dos recursos de informação, tecnológicos e atividades de promoção da leitura, articulando as áreas curriculares com as áreas curriculares não disciplinares, através da operacionalização do PAT;

Incentivar a participação ativa dos estudantes na construção do seu próprio conhecimento;

Disponibilizar suportes de informação variados para que a comunidade escolar desenvolva capacidades de autonomia e adquira competências de recolha, tratamento e utilização da informação;

Promover o contacto com as novas tecnologias que caracterizam o mundo atual;

Dispor de materiais para a formação profissional dos professores e de recursos para apoio do desenvolvimento curricular, da programação e da avaliação;

Motivar os estudantes para que, à saída da escolaridade obrigatória ou do ensino secundário, recorram periodicamente às Bibliotecas, como meio de informação e formação contínua;

Interagir com todas as estruturas da escola: órgão de gestão, conselho pedagógico, departamentos de articulação curricular, CT e outros agentes da comunidade educativa;

Organização

As Bibliotecas e os seus espaços estão organizados da seguinte forma:

Recursos Materiais;

Instalações;

Equipamentos:

Computadores;

Televisões;

Plasma;

Vídeos;

Aparelhagem HI-FI;

Máquina de filmar digital;

Máquina Fotográfica digital;

Mobiliário.

Recursos Humanos:

As Bibliotecas e os seus espaços são coordenados por dois Professores Bibliotecários, responsáveis pela Coordenação das Bibliotecas, da Sala de Estudo e da Sala Multimédia;

Estes espaços são assessorados pela Equipa das Bibliotecas e um grupo de apoio à dinamização das Bibliotecas, constituído por alunos e/ou professores;

Na gestão e dinamização das Bibliotecas e dos seus espaços, estão incluídas as seguintes funções:

Serviço de referência aos utilizadores;

A difusão seletiva da informação disponível aos utilizadores;

A planificação, divulgação e concretização das atividades;

Divulgação da Biblioteca, Promoção da Leitura e das Literacias;

Apoio aos curricula;

Apoio individualizado no esclarecimento de dúvidas e na realização dos trabalhos de casa;

Sessões de apoio aos curricula, à promoção da leitura e das literacias;

A classificação e a indexação dos documentos;

Planeamento das aquisições;

Aquisição de material;

A elaboração de estatísticas;

A organização da correspondência;

Proceder a uma autoavaliação sistemática;

A elaboração e apresentação em CP de um Plano de Atividades, de um Plano de Ação para quatro anos e de um Relatório Anual de todas as atividades realizadas;

A participação em reuniões e atividades relacionadas com as Bibliotecas.

As funcionárias destacadas que terão como funções:

Atendimento;

Controlo da leitura presencial e o empréstimo domiciliário;

O tratamento técnico dos documentos (registo, carimbagem, cotação, arrumação, informatização);

A arrumação e a limpeza das instalações.

Suportes de Informação:

Material livro: livros, periódicos, folhetos, cartazes, dossiês temáticos;

Material não livro: Internet, cassetes vídeo e áudio, DVD, CD ROMs, *software*;

Material digital: *blogue: http://clubedaleituradabeva.blogspot.pt/ e página do facebook Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo*

Horário: As Bibliotecas e os seus espaços estão abertos todos os dias úteis das 8.30h às 18.30 h.

3.9.7. ATIVIDADES DE APOIO E ENRIQUECIMENTO ESCOLAR

O desenvolvimento destas atividades visa dar resposta a um dos problemas relevantes na vida da escola: a forma deficiente como os alunos ocupam os seus tempos livres e a necessidade de promover a aquisição de hábitos de vida saudáveis e que promovam o seu desenvolvimento integral.

Com a criação de um leque de ofertas de atividades extracurriculares e tendendo à natureza de algumas delas, estaremos a contribuir para a promoção de algumas atividades de enriquecimento cultural, promovendo-se a emergência de novos hábitos culturais.

Estas atividades estarão sujeitas a mudanças e enriquecimentos, sempre que se tornem importantes, necessárias e essenciais.

As Bibliotecas disponibilizam serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. Pretendem ter um impacto na qualidade da aprendizagem dos estudantes e comprometê-los com informação diversa e complexa, tanto digital como impressa, com o objetivo de construir compreensão e conhecimentos profundos. A missão das nossas Bibliotecas é prestar apoio a toda a comunidade educativa, bem como aos demais utilizadores, através da disponibilização de fontes e recursos de informação de uma forma híbrida, agregando a Biblioteca Física e a Biblioteca Digital.

Sala de Estudo - está sob a alçada da BEVA e de um grupo de docentes, funcionando de segunda a sexta, desde as 8h30 às 18h30 e pode ser utilizada por todos os alunos do AEVA. Foi criada para servir de apoio ao estudo, nomeadamente dos alunos com mais dificuldades, propostos pelo CT.

A Sala de Estudo é um local aprazível, onde os alunos encontram manuais escolares e apoio ao estudo e realização de atividades complementares, bem como professores, de várias áreas, disponíveis para os apoiar e orientar nas tarefas escolares.

Também poderá ser utilizada por alunos que o respetivo docente considere estarem a perturbar a aula, orientando-os para esta sala com uma tarefa a desenvolver nesse período.

Na sua missão, pretende que seja um ambiente educativo diferente, aproveitando o tempo livre dos discentes de forma construtiva e enriquecedora. Assim, o aluno tem o privilégio de receber um apoio mais individualizado, proporcionado por um grupo de professores que o ajudará a colmatar algumas lacunas ainda manifestadas.

Os **objetivos** essenciais da Sala de Estudo são os seguintes:

- Proporcionar um espaço de diálogo e debate que fomente a autonomia e a autoconfiança, partilhando saberes e experiências;
- Melhorar as aprendizagens e consolidar conhecimentos;
- Esclarecer dúvidas sobre os conteúdos programáticos das diversas áreas curriculares;
- Colmatar as dificuldades ao nível da compreensão oral e escrita;
- Promover o desenvolvimento de métodos de estudo e hábitos de trabalho autónomo ou em grupo;
- Favorecer o desenvolvimento de técnicas de interpretação, análise, síntese, recolha de informação, tratamento de dados, resolução de problemas;
- Fomentar a participação dos alunos na vida escolar, através de uma ocupação construtiva dos tempos livres.

Competências Gerais a Desenvolver:

- Criar uma metodologia de trabalho e de aprendizagem adequada a cada aluno;
- Utilizar os códigos próprios das diferentes áreas do saber, para expressar verbalmente o pensamento;
- Utilizar de forma adequada a língua portuguesa em diferentes situações de comunicação;
- Selecionar, recolher e organizar informação para esclarecimento de situações e resolução de problemas.

Acesso e Utilização dos espaços da Sala de Estudo

Todas as atividades desenvolvidas na Sala de Estudo devem ser registadas no livro de ponto criado para esse fim e marcadas faltas aos alunos que, sendo indicados pelo CT para ter apoio na Sala de Estudo, não compareçam.

Sempre que um aluno é indicado em CT para ter apoio na Sala de Estudo, deve ter um plano de trabalho/tarefa a realizar, por disciplina, de acordo com as suas dificuldades. O docente deve indicar as tarefas a realizar pelo aluno para que este seja realmente apoiado pelo docente destacado na Sala de Estudo e o tempo/recursos sejam aproveitados.

a) Os documentos encontram-se em regime de livre acesso aos alunos, docentes e outros elementos da comunidade educativa. Este acesso é sempre supervisionado pelos professores destacados na Sala de Estudo;

b) O espaço com estantes de livros funciona como local de estudo/leitura/consulta silenciosa, devendo todos os seus utilizadores respeitar a regra essencial de silêncio;

c) Os Professores, com a respetiva turma, poderão utilizar a Sala de Estudo para atividades/trabalhos/Investigação, sendo necessário ver a sua disponibilidade com 48 horas de antecedência, junto da funcionária e/ou professores bibliotecários;

d) Os documentos existentes na Sala de Estudo podem ser consultados em regime de consulta presencial ou em regime de consulta domiciliária;

e) Os alunos poderão fazer a requisição domiciliária mediante a apresentação do n.º de Leitor, por um período de 15 dias, podendo renová-la;

f) A utilização de equipamentos e materiais audiovisuais implica a inscrição e o preenchimento da requisição do material a utilizar.

Acesso e Utilização dos Computadores

A utilização do **equipamento informático** tem as seguintes regras:

a) A utilização de computadores implica o preenchimento da ficha de requisição;
b) Só é permitido realizar trabalhos ou consultas/pesquisas nos computadores da Sala de Estudo;
c) O utilizador terá direito a 45 minutos, por cada inscrição. Se não houver inscrições para o tempo seguinte, o utilizador poderá ficar mais 45 minutos;
d) Cada computador só pode ser utilizado por dois alunos para realizar trabalhos;
e) Durante os intervalos a Sala de Estudo é encerrada;
f) O utilizador não deverá desligar o equipamento que encontre ligado;
g) Só poderão ser utilizados programas/utilitários existentes no setor;
h) Os utilizadores são responsáveis pelos danos e perdas do material, desde que tal se verifique durante o seu período de utilização;
i) Os alunos deverão fazer-se acompanhar de suporte digital para guardar os seus trabalhos;
j) Os utilizadores que se comportem indisciplinadamente ou que causem danos no equipamento ou nos programas nele instalados, serão alvo de participação disciplinar, repreensão registada ou processo disciplinar, de acordo com a gravidade da situação;
k) Sempre que um aluno pretender utilizar *software* diverso do que está disponibilizado pelas Bibliotecas, terá que pedir autorização ao professor responsável.

Sala Multimédia – está sob a alçada da BEVA. Foi criada devido à crescente procura de meios audiovisuais e às necessidades da comunidade educativa do AEVA. É um espaço alternativo, dedicado ao lazer e à investigação através da Internet.

São objetivos da Sala Multimédia:

a) Estimular a criatividade, a curiosidade intelectual e o sentido crítico dos estudantes, contribuindo para a sua educação, prazer, formação e informação;
b) Apoiar os programas curriculares, criando condições de trabalho para a promoção do desenvolvimento curricular de forma transversal e integrada dos recursos de informação, tecnológicos e atividades de promoção da leitura, articulando as áreas curriculares, através da operacionalização do PAT;
c) Incentivar a participação ativa dos estudantes na construção do seu próprio conhecimento;
d) Disponibilizar suportes de informação variados para que a comunidade escolar desenvolva capacidades de autonomia e adquira competências de recolha, tratamento e utilização da informação;
e) Promover o contacto com as novas tecnologias que caracterizam o mundo atual;
f) Interagir com todas as estruturas da escola: órgão de gestão, conselho pedagógico, departamentos de articulação curricular, conselhos de turma e outros agentes da comunidade educativa.

A Sala Multimédia é coordenada por dois Professores Bibliotecários e respetiva Equipa, nomeadamente docentes destacados para essa sala pela Direção.

Na gestão e dinamização desta sala, estão incluídas as seguintes funções:

- Serviço de referência aos utilizadores;
- A difusão seletiva da informação disponível aos utilizadores;
- Apoio aos curricula;
- Apoio individualizado no esclarecimento de dúvidas e na realização dos Trabalhos;
- Dinamização de diversas atividades em articulação com os vários ciclos/departamentos.

Funcionamento

- Todas as atividades desenvolvidas na Sala Multimédia devem ser registadas numa ficha criada para esse efeito;

- Os docentes destacados para a Sala Multimédia ligam todos os equipamentos no início do dia;
- O espaço com televisores e vídeo pode ser utilizado de uma forma lúdica pelos alunos, nos tempos livres ou na Hora do Cinema;
- Os Professores, com a respetiva turma, poderão utilizar a sala Multimédia para atividades/trabalhos/Investigação, sendo necessário fazer a marcação com 48 horas de antecedência, junto da assistente operacional da BEVA e/ou professores bibliotecários;
- A utilização de equipamentos e materiais audiovisuais implica a inscrição e o preenchimento da requisição do material a utilizar;
- A utilização de computadores implica o preenchimento da ficha de requisição, com a indicação dos seguintes dados: data, hora, turma, o nome do utente que pretende utilizar os computadores e o tema que pretende pesquisar/desenvolver/trabalhar, acrescentando ainda a disciplina onde se insere esse trabalho;
- Só é permitido realizar trabalhos ou consultas/pesquisas nos computadores;
- O acesso às redes sociais não é permitido;
- O utilizador terá direito a 45 minutos nas restantes utilizações dos computadores, por cada inscrição. Se não houver inscrições para o tempo seguinte, o utilizador poderá ficar mais 45 minutos, mas nunca ultrapassando 90 minutos seguidos de uso;
- Cada computador só pode ser utilizado por um utilizador (devido à falta de espaço);
- É permitido jogar, desde que não haja alunos em espera com trabalhos/pesquisas escolares para realizar;
- Durante os intervalos não é permitido a utilização de computadores por falta de recursos humanos para supervisionar a sala;
- O utilizador não deverá desligar o equipamento que encontre ligado;
- Só poderão ser utilizados programas/utilitários existentes no setor;
- Os utilizadores são responsáveis pelos danos e perdas do material, desde que tal se verifique durante o seu período de utilização;
- Cada utilizador, ao acabar o seu trabalho, deverá deixar em bom estado de utilização todo o material usado;
- Os alunos deverão fazer-se acompanhar de suporte digital para guardar os seus trabalhos;
- Sempre que um aluno pretender utilizar software diverso que está disponibilizado pelas Bibliotecas, terá que pedir autorização ao professor responsável pela supervisão da sala;
- Os docentes destacados para a Sala Multimédia desligam todos os equipamentos no final do dia.

Disposições diversas

a) A Sala Multimédia deverá estar aberta, em horário determinado pela Direção, tendo em linha de conta as necessidades dos seus principais utilizadores, os alunos, e a existência de pessoal docente para supervisionar as atividades;
b) Não é permitido consumir alimentos ou bebidas, nem fumar ou mascar chicletes dentro da sala. Também não é permitido o uso de telemóvel;
c) Todos os alunos que importunem deliberadamente os seus pares, desobedeçam aos professores responsáveis pela supervisão poderão ver impedida a sua entrada na sala por uma prazo, que pode ir até 30 dias, conforme a gravidade dos factos, com a autorização e aprovação do Diretor do AEVA;

Se eventualmente o aluno, impedido de entrar na sala por motivos disciplinares e comportamentais, tiver necessidade de realizar algum trabalho, só o poderá fazer acompanhado de um docente.

4. CRITÉRIOS UNIFORMES DE AVALIAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação em vigor, a avaliação visa a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para os níveis de ensino básico e secundário.

A avaliação tem ainda por objetivo conhecer o estado do ensino, retificar procedimentos e reajustar o ensino das diversas disciplinas aos objetivos curriculares fixados.

Na avaliação dos alunos intervêm todos os professores envolvidos, sem prejuízo da intervenção de alunos e encarregados de educação.

Cabe ao professor consciencializar o aluno de que a avaliação é um processo complexo, contínuo e abrangente, sendo a classificação final um resultado de todo esse processo.

Tendo o processo de avaliação uma componente subjetiva incontornável, bem como estratégias específicas adequadas aos diferentes níveis de ensino, é reconhecida, no entanto, a necessidade de uniformizar alguns procedimentos e terminologias.

Aos alunos e encarregados de educação deve ser facilitado o entendimento dos termos utilizados para exprimir os critérios, as estratégias e os resultados da avaliação.

II - Parâmetros de Avaliação

Os objetivos primordiais do ensino prendem-se com a formação integral dos jovens, futuros cidadãos.

Por um lado, a escola deve assegurar o desenvolvimento dos interesses e vocações dos alunos, fomentando a capacidade de adquirir e aplicar conhecimentos e aptidões, bem como o gosto pelo saber e a autonomia funcional, garantes do sucesso na aprendizagem escolar e ao longo da vida.

É também função da Escola, por outro lado, promover a realização socioafetiva de cada aluno, de acordo com os valores humanistas da solidariedade, da igualdade e da liberdade responsável, assumindo-se como um espaço privilegiado de educação para a cidadania, para a saúde e para a qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com os princípios enunciados, os parâmetros essenciais de avaliação no Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo devem centrar-se em:

PARÂMETROS ESSENCIAIS DE AVALIAÇÃO

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	Dimensão ética e socioafectiva **ATITUDES E VALORES** (saber ser)
	• Responsabilidade: assiduidade, pontualidade, material; • Comportamento: respeito pelas normas sociais e escolares; • Participação e empenho no trabalho proposto; • Tolerância e colaboração no trabalho em equipa; • Iniciativa, intervenção e sentido de oportunidade; • Interesse, curiosidade e sentido crítico; • Relação com si próprio, com os outros e com o ambiente.
	Dimensão cognitiva e operatória **CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS** (saber e saber fazer)
	• Organização e método de trabalho / gestão do tempo; • Domínio da língua portuguesa e comunicação; • Aprendizagem de conteúdos factuais e conceituais; • Aplicação de linguagens, procedimentos e tecnologias; • Pesquisa, seleção, e organização da informação; • Tomada de decisões e resolução de problemas (autonomia, estratégia e criatividade); • Autoavaliação e progressão na aprendizagem.

III - Critérios Gerais / Uniformes de Avaliação

Estes critérios resultam de uma descrição do desempenho que o aluno pode apresentar, em cada parâmetro de avaliação, relativamente às aprendizagens e competências definidas para cada nível de ensino.

1. A avaliação deve ser essencialmente formativa e criteriosa, promovendo a autoavaliação e orientando cada aluno para a excelência em todas as dimensões, qualquer que seja o seu nível inicial.

a) No ensino Pré-Escolar, a avaliação é contínua, baseada na observação direta e nos resultados, radicando no preenchimento de um instrumento individual de avaliação descritiva específica da situação de cada criança face às aprendizagens definidas para os vários grupos etários.

b) Nos restantes ciclos de ensino serão considerados os critérios gerais de avaliação a seguir descritos que devem ser entendidos por todos como uma referência e um elemento de ponderação, para efeitos de avaliação, classificação e progressão.

Em relação às competências curriculares e aos conteúdos definidos para cada disciplina do seu nível de ensino, o aluno apresenta o seguinte desempenho:

Atitudes e Valores	**Conhecimentos e Competências**	**Avaliação qualitativa**	**Avaliação quantitativa**
• Não tem faltas injustificadas nem de material e é sempre pontual; • Respeita sempre e zela pelo respeito das normas sociais, escolares e do grupo; • Participa com empenho nas tarefas propostas e dinamiza o trabalho; • Ouve, respeita e valoriza as opiniões dos colegas, sendo muito colaborativo; • Revela muita iniciativa e intervém sempre de forma adequada e oportuna; • Revela muito interesse, curiosidade e elevado sentido crítico; • Boa higiene pessoal e elevada autoestima; grande sentido cívico e ambiental (prático).	• É muito organizado, metódico e eficaz no trabalho, gerindo bem o tempo; • Linguagem (escrita e oral) rica e clara, boa estrutura gramatical, sem erros ortográficos; • Revela um domínio de factos e conceitos superior a 89%, em provas de avaliação; • Aplica linguagens, procedimentos e tecnologias específicas sem erros ou limitações; • Pesquisa, obtém, seleciona e organiza com eficácia a informação necessária; • É autónomo, estratégico e criativo nas decisões e resolução de problemas; • Grande capacidade de autoavaliação e autoaperfeiçoamento; excelente progressão.	***EXCELENTE*** na globalidade dos parâmetros de avaliação	**5** **(18 - 20)**
• É geralmente assíduo e pontual, c/ material; • Respeita sempre as normas estabelecidas; • Participa com empenho nas tarefas propostas • Ouve, respeita e colabora com os colegas, com algumas falhas de coordenação; • Revela iniciativa e intervém de forma adequada e geralmente oportuna; • Revela interesse e geralmente curiosidade e algum sentido crítico; • Higiene, autoestima e civismo em bom nível.	• É organizado e metódico no trabalho; • Comunicação clara com muito poucos erros. • Revela domínio de factos e conceitos> 69%; • Usa linguagens, procedimentos e tecnologias específicas com poucos erros ou limitações; • Pesquisa, obtém, e seleciona a informação necessária; organizando-a razoavelmente. • É autónomo e estratégico mas pouco criativo nas decisões e resolução de problemas; • Capacidade de autoavaliação e autoaperfeiçoamento; progressão de bom nível.	***SATISFAZ BASTANTE*** na maioria dos parâmetros (nenhum negativo)	**4** **(14 - 17)**
• Faltas injustificada ≤ nº aulas semanais, geralmente com material e pontualidade; • Respeita em geral as normas estabelecidas; • Participa nas tarefas com algum empenho; • Colabora com os colegas, respeitando de uma forma geral as opiniões alheias; • Revela alguma iniciativa, mas pouca ou nem sempre é oportuno nas intervenções; • Revela algum interesse mas é inconstante e tem pouca curiosidade e/ou sentido crítico; • Higiene e civismo aceitáveis mas autoestima baixa ou alguns hábitos/atitudes indesejáveis.	• Demonstra alguma organização e método no trabalho, embora com dificuldades; • Comunicação pobre mas funcional e com poucos erros ortográficos e gramaticais; • Revela domínio de factos e conceitos> 49%; • Aplica linguagens, procedimentos e tecnologias específicas com alguns erros e limitações; • Pesquisa, seleciona e organiza a informação com algumas lacunas e dificuldades; • Alguma autonomia nas decisões e resolução de problemas, sem estratégia ou criatividade; • Progressão razoável, mas com dificuldade na autoavaliação ou no autoaperfeiçoamento.	***SATISFAZ*** na maioria dos parâmetros de avaliação (nenhum muito fraco)	**3** **(10 - 13)**
• Faltas injustificadas> nº semanal aulas, ou falta frequente de pontualidade / material; • Não cumpre as normas estabelecidas; • Nem sempre participa e não se empenha nas tarefas propostas; • Nem sempre ouve ou respeita as opiniões dos colegas e colabora muito pouco ou mal;	• Deficiente organização ou método no trabalho; • Linguagem pobre e confusa, com erros ortográficos e gramaticais em excesso; • Revela domínio de factos e conceitos > 24%; • Usa linguagens, procedimentos e tecnologias específicas com muitos erros e limitações; • Não consegue obter ou selecionar a	***NÃO SATISFAZ*** na maioria	**2**

• Não revela iniciativa e/ou nunca intervém; • Revela pouco interesse, sem sentido crítico; • Falta de higiene, autoestima e/ou civismo.	informação ou organizá-la de forma consultável; • Alguma autonomia nas decisões e resolução de problemas, sem estratégia ou criatividade; • Progressão razoável sem boa autoavaliação.	dos parâmetros de avaliação	**(6 – 9)**
• Faltas injustificadas> 2x nº aulas semanais, falta sistemática de pontualidade / material; • Não respeita as normas estabelecidas; • Não participa nas tarefas propostas; • É intolerante e não colabora com os colegas; • Intervém de forma inadequada e inoportuna; • Revela desinteresse e ausência de reflexão; • Grave ausência de higiene pessoal, e/ou de civismo e respeito pelo ambiente.	• Não evidencia hábitos de trabalho; • Linguagem muito pobre e confusa, com muitos erros ortográficos e/ou gramaticais; • Revela domínio de factos e conceitos < 25%; • Não domina as linguagens, procedimentos e tecnologias necessárias; • Não reconhece a informação necessária; • Sem capacidade autónoma de decisão ou resolução de problemas; • Não procura nem revela qualquer progressão.	***NÃO SATISFAZ MENOS*** na globalidade dos parâmetros de avaliação	**1** **(0 – 5)**

No 1º Ciclo, em relação aos objetivos definidos para as **áreas curriculares não disciplinares** o aluno apresenta o seguinte desempenho:

Atitudes e Valores	Conhecimentos e Competências	Avaliação Qualitativa
.Respeita e cumpre sempre as normas sociais e escolares; .Relaciona-se muito bem consigo próprio, com os outros e com o ambiente; .Participa empenhadamente na realização de tarefas e no trabalho proposto; .É sempre tolerante e colaborativo no trabalho em equipa; .Revela forte iniciativa, intervenção e sentido de oportunidade; .Demonstra continuamente interesse, curiosidade e sentido crítico; .Revela grande sentido de responsabilidade; .Mantém-se muito atento e persistente perante as dificuldades; .Demonstra elevada capacidade de organização pessoal; .Sabe selecionar informação e/ou materiais; .Revela grande autonomia nas próprias aprendizagens; .Demonstra grande sentido de cooperação, solidariedade e liderança; .Pesquisa e utiliza frequentemente diferentes fontes de informação.	.É muito organizado, metódico e eficaz no trabalho, gerindo bem o tempo; .Domina claramente a língua portuguesa, quer na forma escrita como na comunicação oral; .Revela grande domínio na aprendizagem de conteúdos factuais e conceituais; .Aplica com correção e sem limitações linguagens, procedimentos e tecnologias; .Sabe pesquisar, selecionar e organizar a informação necessária; .É autónomo, estratégico e criativo nas decisões e resolução de problemas; .Excelente na progressão das aprendizagens e na capacidade de autoavaliação e autocorreção; .Faz continuamente transferência de conhecimentos; .Argumenta e intervém sempre de forma construtiva e crítica; .Participa sempre de forma democrática ao nível do debate de ideias; .Revela grande capacidade de iniciativa e criatividade nas atividades desenvolvidas;	***SATISFAZ BEM*** na globalidade dos parâmetros de avaliação
.Respeita e cumpre as normas sociais e escolares; .Relaciona-se satisfatoriamente consigo próprio, com os outros e com o ambiente; .Participa com algum empenho na realização de tarefas e no trabalho proposto; .É tolerante e colaborativo no trabalho em equipa; .Revela alguma iniciativa, intervenção e sentido de oportunidade; .Demonstra interesse, curiosidade e sentido crítico; .Revela algum sentido de responsabilidade; .Mantém-se atento e revela alguma persistência perante as dificuldades; .Revela alguma capacidade de organização pessoal; .Seleciona informação e/ou materiais; .Revela razoável autonomia nas próprias aprendizagens; .Demonstra sentido de cooperação, solidariedade e liderança; .Pesquisa e utiliza diferentes fontes de informação.	.É organizado e metódico no trabalho, gerindo razoavelmente o tempo; .Revela algum domínio da língua portuguesa, quer na forma escrita como na comunicação oral; .Domina satisfatoriamente a aprendizagem de conteúdos factuais e conceituais; .Aplica linguagens, procedimentos e tecnologias; .Pesquisa, seleciona e organiza a informação necessária; .Geralmente é autónomo e criativo nas decisões e resolução de problemas; .Capacidade de progredir nas aprendizagens e na sua autoavaliação e autocorreção; .Faz alguma transferência de conhecimentos; .Argumenta e intervém de forma construtiva e crítica; .Participa de forma democrática ao nível do debate de ideias; .Revela capacidade de iniciativa e criatividade nas atividades desenvolvidas;	***SATISFAZ*** na maioria dos parâmetros
.Não respeita e não cumpre as normas sociais e escolares; .Nem sempre ouve ou respeita as opiniões dos colegas, colabora muito pouco o e nem sempre respeita o ambiente; .Nem sempre participa e não se empenha na realização de tarefas propostas; .Por vezes mostra-se intolerante e pouco colaborativo no trabalho em equipa; .Não revela iniciativa e/ou nunca intervém; .Revela pouco interesse, sem sentido crítico e pouco sentido de responsabilidade; .Dificuldade em estar atento, revelando pouca persistência perante as dificuldades; .Incapacidade de organização pessoal e de seleção de informação e/ou materiais; .Não possui autonomia nas próprias aprendizagens; .Demonstra fraco sentido de cooperação, solidariedade e liderança; .Revela dificuldades em pesquisar e utilizar diferentes fontes de informação.	.Não evidencia hábitos de trabalho nem sabe gerir o tempo de estudo; .Linguagem muito pobre, com muitos erros ortográficos e/ou gramaticais; .Revela pouco domínio de factos e conceitos; .Não domina as linguagens, procedimentos e tecnologias necessárias; .Não reconhece a informação necessária; .Sem autonomia e sem capacidade de decisão ou resolução de problemas; .Não revela progressão nas aprendizagens; .Pouca capacidade de argumentação e intervenção; .Muita dificuldade em participar em debate de ideias; .Não tem capacidade de iniciativa e criatividade nas atividades desenvolvidas;	***NÃO SATISFAZ*** na maioria dos parâmetros de avaliação

IV - Critérios Específicos de Avaliação

1. Para além dos critérios gerais de avaliação, devem ser explicitados critérios específicos para cada disciplina.
2. Os critérios específicos devem incluir:

a. Uma operacionalização dos parâmetros e critérios gerais de avaliação, em função das aprendizagens essenciais estabelecidas para a disciplina;
b. Uma descrição dos principais instrumentos de avaliação que serão utilizados;
c. O peso relativo (em %) a atribuir a cada um destes elementos de avaliação, de acordo com a especificidade da disciplina.

2. Podem ainda ser fornecidos outros elementos específicos ou clarificadores, relativos à avaliação na disciplina.
3. É da competência de cada Departamento / Grupo Disciplinar a elaboração dos critérios específicos de cada disciplina, no sentido de facilitar uma leitura transversal ao nível da escola e, sobretudo, a sua divulgação aos alunos e encarregados de educação de acordo com o modelo definido.
4. Os critérios específicos de avaliação devem ser propostos pelos Departamentos Curriculares e Coordenadores de Ciclo e aprovados pelo Conselho Pedagógico no início de cada ano letivo.

V - Elementos / Instrumentos de Avaliação

Cada docente deverá divulgar e clarificar aos respetivos alunos, os critérios específicos de avaliação na sua disciplina.

1. No início de cada período letivo, os alunos deverão ser informados, sobre as datas de realização das provas escritas e/ou práticas de avaliação, bem como outras atividades previstas no âmbito da avaliação.
2. É obrigatória a aplicação de um número mínimo de dois instrumentos de avaliação por período letivo, salvo em situações excecionais, devidamente justificadas e de acordo com a especificidade da disciplina.
3. Antes da aplicação de qualquer instrumento de avaliação devem ser clarificados aos alunos os critérios que presidem à sua elaboração, avaliação e classificação, em função da natureza e do contexto da tarefa a realizar.
4. Nas disciplinas com exame nacional, os testes de avaliação devem ser elaborados com base na matriz nacional das referidas provas.
5. Os enunciados dos testes devem integrar, as cotações a atribuir.

6. No Ensino Básico, a classificação a atribuir nas provas de avaliação, deve indicar a menção qualitativa e quantitativa.
7. No Ensino Secundário, a classificação a atribuir a cada aluno nas provas de avaliação deve ser expressa na escala de 0 a 20 valores.
8. Só a título excecional poderá realizar-se mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia, mas nunca no mesmo turno, sendo de evitar também a coincidência entre estas e a apresentação de trabalhos.
9. Apenas por motivos de força maior poderão ser realizadas provas escritas e/ou práticas de avaliação nos últimos 5 dias úteis de aulas de cada período letivo.
10. Os testes, após correção, devem ser entregues aos alunos em tempo útil de modo a permitir suprir lacunas até à realização do próximo teste.
11. Deve ser feita a apresentação aos alunos, em aula, da correção de qualquer instrumento de avaliação, oralmente ou por escrito, devendo o professor orientar os alunos, com vista à realização de atividades de remediação.
12. Apenas por motivos de força maior podem ser entregues aos alunos provas/instrumentos de avaliação num período letivo diferente daquele em que foram realizadas.
13. Os professores devem facultar periodicamente ao diretor de turma informação, por escrito, utilizando documento para o efeito, sobre a avaliação dos alunos.

VI - Expressão da Avaliação

As menções qualitativas e quantitativas a utilizar nos instrumentos de avaliação referentes ao domínio das competências/conhecimentos para o 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário serão as seguintes:

1º Ciclo

Escala Qualitativa	**Escala Quantitativa (%)**
Insuficiente	0 % - 49 %
Suficiente	50 % - 69 %
Bom	70 % - 89 %
Muito Bom	90% - 100 %

2º, 3º Ciclos e Secundário

Escalas Qualitativas		Escalas Quantitativas			
		Ensino Básico		Ensino Secundário	
		%	Nível	Pontos	Valores
Satisfaz bem	*Excelente*	90 – 100	5	175 – 200	18 – 20
	Satisfaz Bastante	70 – 89	4	135 – 174	14 – 17
Satisfaz		50 – 69	3	95 – 134	10 – 13
Não satisfaz	*Não satisfaz*	20 – 49	2	55 – 94	6 – 9
	Não Satisfaz Menos	00 – 19	1	0 – 54	0 – 5

VII – Avaliação

1. Os alunos devem ser avaliados de acordo com as finalidades, os objetivos e as modalidades previstas na lei.
2. Além das aprendizagens específicas de cada disciplina, todos os parâmetros de avaliação deverão ser tidos em conta para a atribuição das classificações aos alunos, de acordo com os critérios específicos de avaliação predefinidos para cada disciplina.
3. Sendo um processo contínuo, a classificação atribuída em cada período será o resultado do cálculo dos vários instrumentos de avaliação, desde o início do ano letivo até ao final do período em que está a ser avaliado.
4. Nas reuniões dos Conselhos de Turma para apuramento das classificações finais dos alunos, recomenda-se que sejam observadas as seguintes orientações:

a. Analisar discrepâncias nas classificações propostas, devendo estas situações ser objeto de ponderação suplementar, antes de ser decidida a classificação final a atribuir.
b. Ponderar as consequências das classificações atribuídas na progressão do aluno e as medidas de apoio necessárias, em função dos critérios gerais de avaliação e da situação específica de cada aluno.
c. Os casos dos alunos a quem tenha sido atribuída uma classificação negativa acima do limite de progressão, deverão ser objeto de análise pelo Conselho de Turma, desde que nenhuma das classificações seja inferior ao nível 2 (2º e 3º Ciclos) ou a 7 valores (Ensino Secundário).

d. Devem ser justificadas em ata todas as alterações efetuadas, relativamente às propostas iniciais de classificação, sempre que delas resulte a progressão/aprovação ou a retenção/reprovação do aluno, num ciclo, num nível ou numa disciplina.

VIII – Autoavaliação do Aluno

1. Os alunos intervêm no processo de avaliação através da autoavaliação, parte essencial da orientação do ensino, ficando mais cientes das suas áreas de dificuldade e criando condições para articular as suas necessidades.
2. Este processo concretizar-se-á, no final de cada período, através dos documentos criados e numa aula sumariada para o efeito.

IX - Perfis de aprendizagens específicas para cada ciclo de escolaridade.

1. Perfil do aluno à saída de cada ciclo

1.2. Perfil da criança à saída da Educação Pré-escolar

1.2.1 Área da formação pessoal e social

-Aceitar e seguir as regras de convivência e de vida social;
-Integrar-se e colaborar na organização e quotidiano do grupo;
-Demonstrar capacidade de respeito por si e pelo outro;
-Aceitar a diferença manifestando atitudes de tolerância;
-Reconhecer e valorizar laços de pertença social e cultural.
-Conhecer e valorizar manifestações do património natural e cultural, reconhecendo a necessidade da sua preservação.
-Demonstrar curiosidade de saber e compreender porquê;
-Ser sensível às questões estéticas;
-Planear e terminar as suas tarefas;
- Ser autónomo em relação à sua higiene pessoal;

1.2.2. Área da expressão e comunicação

- Cooperar em situações de jogo, seguindo orientações ou regras.
- Revelar capacidades nas tarefas de motricidade fina e global;
- Adquirir noção de lateralidade;
- Participar no jogo simbólico;
- Desenvolver capacidades de escuta e de apreciação musical;
- Interpretar com intencionalidade expressiva-musical: cantos rítmicos;
- Experimentar movimentos rítmicos e participar em coreografias simples
- Aperceber-se do sentido direcional da escrita.
- Estabelecer relação entre a escrita e a mensagem oral.
- Interpretar código simbólico;

-Relatar acontecimentos, ideias ou histórias de forma organizada e contextualizada;
- Identificar diferentes segmentos orais que constituem as palavras (Consciência Fonológica).
- Identificar diferentes palavras numa frase (Consciência da Palavra).
- Identificar se uma frase está correta ou incorreta e eventualmente corrigi-la, explicitando as razões dessa correção (Consciência Sintática).
- Localizar objetos num ambiente familiar, utilizando conceitos de orientação;
- Ser capaz de classificar, seriar e ordenar;
- Perceber a correspondência de determinada quantidade ao número;
- Adquirir noção de espaço e tempo;

1.2.3. Área do Conhecimento do Mundo

- Revelar curiosidade pelo mundo que o rodeia, formulando questões sobre objetos, lugares, contextos e acontecimentos que observa no seu quotidiano;
- Participar em atividades experimentais, questionar, colocar hipóteses;
- Tomar consciência da sua identidade;
- Demonstrar cuidados com o seu corpo e de segurança.
- Compreender e identificar características distintivas dos seres vivos
- Manifestar comportamentos de preocupação com a conservação da natureza e respeito pelo ambiente.
- Ter consciência da importância de uma educação ambiental;
- Reconhecer os recursos tecnológicos do seu ambiente

1.3. Perfil do aluno à saída do 1.º Ciclo do Ensino Básico

O aluno, como resultado do seu percurso escolar, ao terminar o 1.º ciclo deverá possuir:

- Os conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos;
- Uma formação que lhe garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidades de raciocínio, memória, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a sua realização em harmonia com os valores da solidariedade social;
- A consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- O conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesa;
- Maturidade cívica e sócio afetiva, atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Responsabilidade e ser interveniente na vida comunitária;
- Gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Um desenvolvimento físico-motor, tanto nas atividades manuais como na educação artística;

- Uma formação equilibrada e relacionada entre o *saber* e o *saber fazer*, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- As competências específicas de cada área curricular.

O aluno, ao longo do seu percurso curricular no 1.º Ciclo, deverá ter desenvolvido as aprendizagens e competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no 2.º Ciclo e ser capaz de:
Na área curricular de Língua Portuguesa:

- Clareza, iniciativa, espontaneidade e coerência do discurso;
- Usar um vocabulário diversificado e adequado;
- Organizar as ideias nas frases e/ou textos que produz;
- Narrar acontecimentos com sequência lógica;
- Apresentar correção ortográfica;
- Usar adequadamente sinais, convenções ortográficas e concordâncias gramaticais;
- Ler com fluência, clareza e boa dicção;
- Localizar a informação no texto lido;
- Aplicar conhecimentos gramaticais (classe das palavras: nomes, verbos, adjetivos, e pronomes e determinantes, elementos fundamentais da frase, tipos e formas de frase, tipos de texto).

Na área curricular de Matemática

- Explicar ideias, processos e justificar resultados matemáticos;
- Argumentar as suas ideias;
- Formular e testar conjeturas relativas a situações matemáticas simples;
- Interpretar informação e ideias matemáticas representadas de diversas formas;
- Expressar ideias e processos matemáticos, oralmente e por escrito, utilizando linguagem matemática;
- Revelar proficiência em cálculo mental;
- Revelar conhecimento e capacidade de utilização do sistema de numeração decimal, bem como das grandezas;
- Saber ler, interpretar e organizar dados recolhidos.

Na área curricular de Estudo do Meio

- Apresentar espírito crítico e interventivo;
- Respeitar o ambiente que o rodeia;
- Pesquisar, selecionar e organizar informação e dados recolhidos;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos (sobre si, sobre o meio social, físico e preservação da natureza, do património histórico, cultural e ambiental);
- Aplicar processos simples de conhecimento da realidade;
- Compreender o mundo que o rodeia, quer ao nível do conhecimento histórico, quer ao nível da ciência e do domínio experimental.

Nas áreas de Expressões Artísticas

- Criatividade;
- Empenho;
- Cooperação;
- Participação;
- Experimentar e explorar técnicas e materiais;
- Explorar capacidades e potencialidades.

Na área curricular de Inglês:

- Conhecer-se a si e ao outro;
- Desenvolver o conhecimento do seu mundo e do mundo do outro;
- Conhecer vocabulário simples do dia a dia;
- Conhecer vocabulário com base nos temas apresentados;
- Compreender algumas estruturas elementares do funcionamento da língua;
- Compreender palavras e expressões simples;
- Compreender frases simples, articuladas de forma clara e pausada;
- Exprimir-se de forma adequada em contextos simples;
- Interagir com o professor e/ou com os colegas em situações simples previamente preparadas;
- Produzir sons, entoações e ritmos da língua;
- Compreender frases e textos muito simples;
- Utilizar palavras conhecidas;
- Produzir um texto muito simples com vocabulário limitado;

Nas Áreas Curriculares não Disciplinares

- Participar de forma ativa nos projetos da turma e da escola;
- Revelar métodos de trabalho e organização do estudo;
- Respeitar regras e normas da escola e da sala de aula, bem como respeitar o outro;
- Desenvolver trabalho cooperativo;
- Revelar espírito crítico e emancipatório, demonstrando um grau crescente de autonomia.

1.4. Perfil do aluno à saída do 2.º Ciclo do Ensino Básico

O aluno no final 2.º Ciclo deverá ser capaz de:

- Manifestar interesse e curiosidade por situações e problemas, questionando a realidade e intervindo no sentido de a compreender, mobilizando e articulando saberes e conhecimentos adquiridos de forma adequada, quer por iniciativa própria quer por orientação;
- Compreender textos orais e escritos assimilando as ideias globais e usar, corretamente, a Língua Portuguesa para estruturar o pensamento e comunicar de forma adequada;

- Comunicar fazendo uso adequado de diferentes linguagens culturais, científicas, tecnológicas e artísticas, e de linguagem não verbal;
- Participar de forma ativa, empenhada e organizada nas atividades letivas;
- Identificar, selecionar e aplicar métodos de trabalho;
- Organizar as suas atividades de aprendizagem, pesquisando, selecionando e estruturando informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
- Compreender e utilizar o raciocínio matemático em situações reais;
- Utilizar técnicas de produção sonora a nível vocal e instrumental;
- Compreender textos simples, orais e escritos, em língua inglesa;
- Participar em atividades interpessoais e de grupo, respeitando normas de segurança pessoal e coletiva, regras, critérios de atuação, de convivência e de trabalho em vários contextos, manifestando sentido de responsabilidade e respeito pelo seu trabalho e o dos outros, e atitudes de entreajuda e solidariedade;
- Mobilizar e coordenar os aspetos psicomotores necessários ao desempenho de tarefas;
- Manifestar atitudes de responsabilidade e postura ativa face à preservação do ambiente;
- Se autoavaliar e ajustar métodos de trabalho à sua forma de aprender.

1.5. Perfil do aluno à saída do 3.º Ciclo do Ensino Básico

O aluno no final do 3.º Ciclo deverá ser capaz de:

- Manifestar interesse e curiosidade por situações e problemas, questionando a realidade e intervindo no sentido de a compreender, mobilizando e articulando saberes e conhecimentos adquiridos de forma adequada, quer por iniciativa própria quer por orientação;
- Concretizar procedimentos pretendendo a compreensão da realidade e resolução de problemas;
- Compreender e utilizar o raciocínio matemático procedendo à modelização do real;
- Comunicar com uso adequado e capacidade de transferência entre diferentes linguagens culturais, científicas e tecnológicas e artísticas;
- Participar de forma ativa, empenhada e organizada nas atividades letivas, expressando dúvidas e dificuldades, demonstrando persistência, esforço, iniciativa e criatividade;
- Discutir e defender, de forma fundamentada e argumentada, ideias, dando espaços de intervenção aos outros;
- Aplicar, corretamente, a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento, respeitando as regras do seu funcionamento;
- Compreender e produzir textos orais e escritos e interagir de forma oral e escrita em língua inglesa, francesa ou espanhola;
- Identificar, selecionar e aplicar métodos de trabalho, organizando as suas atividades de aprendizagem;

- Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável, rentabilizando as tecnologias de informação e comunicação nas tarefas de construção do conhecimento;
- Manifestar sensibilidade e percecionar estéticas da cultura do universo visual e das várias expressões artísticas;
- Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões, propondo-se intervir no confronto de diferentes perspetivas;
- Participar em atividades interpessoais e de grupo, respeitando normas de segurança pessoal e coletiva, regras, critérios de atuação, de convivência e de trabalho em vários contextos, manifestando sentido de responsabilidade e respeito pelo seu trabalho e o dos outros, e atitudes de entreajuda e solidariedade;
- Realizar diferentes tipos de atividades físicas promotoras do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida;
- Determinar e respeitar regras para o uso coletivo de espaços;
- Manifestar atitudes de responsabilidade e postura ativa face à preservação do ambiente;
- Autoavaliar as suas aprendizagens confrontando o conhecimento adquirido com os objetivos propostos;

1.6. Perfil do aluno à saída do Secundário

Após a conclusão deste nível de ensino, pretende-se que o aluno consiga:

- Atuar autonomamente, sabendo gerir pessoalmente e de forma eficaz os seus objetivos, iniciativas e opções;
- Articular a sua autonomia com a autonomia dos outros;
- Manifestar segurança e uma autoconfiança positiva nos seus comportamentos;
- Ser capaz de desempenhar papéis sociais em contextos diferentes;
- Comportar-se no quadro das regras sociais;
- Estabelecer relações interpessoais satisfatórias de diversos tipos;
- Consolidar uma cultura pessoal integradora que lhe permita refletir sobre as realidades do mundo atual;
- Dominar competências de natureza técnico-científica que o habilitam a intervir eficazmente numa sociedade cada vez mais tecnológica;
- Dominar as competências comunicativas;
- Demonstrar capacidades de compreensão, vivência e fruição da realidade em que está inserido, nas suas diversas dimensões;
- Organizar os seus saberes e experiências, em sistemas interpretativos coerentes, mas críticos e flexíveis;
- Revelar capacidade de reconversão, atualização e incorporação de novos elementos, face a novas situações;

- Adquirir capacidade de atualizar competências técnico-científicas adquiridas;
- Desenvolver uma perspetiva de interesse face aos problemas do grupo/sociedade;
- Assumir juízos de valor pessoais sobre factos, pessoas, situações;
- Preocupar-se com a qualidade, como fator de desenvolvimento das pessoas e das sociedades;
- Manifestar respeito, abertura e capacidade de diálogo face a perspetiva/valores diferentes dos seus.

1.7. Perfil do aluno à saída dos Cursos Profissionais

Nos cursos profissionais, o perfil de desempenho à saída do curso encontra-se definido na portaria de criação de cada curso que, do mesmo modo, enquadra os cursos nas respetivas famílias profissionais e áreas de educação e formação.

X - Disposições finais

1. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Executiva, ouvido, sempre que possível, o Conselho Pedagógico.
2. A aplicação destes Critérios de Avaliação deve ser acompanhada e avaliada anualmente pelo Conselho Pedagógico, o qual aferirá também da sua adequação e eventual necessidade de reformulação.

5. INTERAÇÃO COM OS PLANOS DE AÇÃO DE TURMA (PAT)

O Projeto Curricular de Escola articula-se com os Planos de Turma (PT), que por sua vez são definidos de acordo com as particularidades de cada turma.

Os PT, aprovados em Conselho de Turma, 2º e 3º Ciclos, e em Conselho de Docentes, no 1º Ciclo, deverão ser elaborados tendo em conta o Projeto Educativo. Os PT encontram-se em formato digital.

Guião de procedimentos para a construção de um PT

Principais Objetivos	Definir uma linha de atuação comum ao nível do Conselho de Turma (conceções de educação, métodos de trabalho, papéis dos alunos, procedimentos da avaliação).	Definição de linhas orientadoras do trabalho pedagógico; Definição de critérios de atuação com os alunos; Definição de modos e instrumentos de avaliação a privilegiar.

	Planificar a intervenção educativa de acordo com os "pontos de partida" dos alunos.	Que disciplinas são preferidas? Quais as atividades livres preferidas? Que características possuem os alunos? Que saberes possuem?
		Concretizar as decisões tomadas ao nível do PCE, adaptando-as às situações concretas da turma.
	Definir modos de articulação horizontal entre as áreas curriculares disciplinares e entre estas e as áreas curriculares não disciplinares. Definir modos de enriquecimento do currículo.	Visitas de estudo, comemorações de datas, concursos de leitura e de obras, teatro, jornadas desportivas, clubes de fotografia, atividades de envolvimento escola /famílias/comunidade.
Caracterização da turma	Média etária; Passado escolar; Meio sociocultural da família; Necessidades/motivações/expectativa dos alunos; Desenvolvimento cognitivo e psico–afetivo.	
Principais problemas a resolver	Enunciar os problemas resultantes do diagnóstico feito quer em relação aos alunos quer em relação ao contexto escolar.	Tomar decisões conducentes à resolução dos problemas identificados.
	Educar para a cidadania.	Definição, com os alunos e a comunidade escolar, de regras, valores e atitudes conducentes à formação de cidadãos autónomos e livres (cultura da corresponsabilização).

Acção do CT	Definir modos de trabalho em equipa (Conselho de Turma). Planificar e desenvolver projetos de ação.	Dar sequência aos objetivos definidos para o PCT; Orientar a ação pelos princípios da vivência positiva na cidadania; Concretizar modos de articulação curricular; Concretizar processos de acompanhamento e de análise do desenvolvimento do projeto.
Avaliação	Planificar e desenvolver modos de avaliação coerentes com os objetivos do PCT: Ter em conta as estratégias, atividades e recursos e os próprios processos de avaliação; Recorrer a processos que apontem para a avaliação contínua e formadora de corresponsabilização dos alunos (planificação coletiva, portefólios...); Recolher e incorporar dados de avaliação para e na (re) construção do PCT: Estimular os alunos a fazerem relatos e observação; Avaliação diferenciada (educação especial).	

Nota: O PT deve ser reajustado ou reformulado ao longo do ano, sempre que houver necessidade e de acordo com a avaliação contínua realizada pelos Conselhos de Turma ao longo do ano.

No PT deve constar:

Capa;

Índice;

Lista dos alunos;

Fotocópia das fotografias da turma;

Horário da turma;

Lista dos professores com a respetiva disciplina;

Caracterização da turma (efetuada nas reuniões intercalares);

Plano de ação (atividades/estratégias de acordo com as dificuldades dos alunos);

Gráficos/tabelas com as avaliações de cada período

Interpretação dos gráficos/tabelas;

Justificação para as disciplinas com elevado número de níveis inferiores a três;

Mapa das principais dificuldades diagnosticadas em cada aluno, por disciplina;

Estratégias de remediação;

Referências ao comportamento da turma, salientando alunos, caso seja necessário, assim como contactos com os Encarregados de Educação.

Ex:

AVALIAÇÃO 1º PERÍODO:

Aproveitamento

Áreas Curriculares Disciplinares:

Disciplina	Percentagem

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5

Comentário geral sobre o aproveitamento;

Destacar casos problemáticos;

Justificação do elevado número de níveis negativos (retirados do computador da sala dos professores);

Estratégias de remediação (retirados do computador da sala dos professores).

Comentário geral sobre o aproveitamento;

Destacar casos problemáticos;

Justificação do elevado fracos e não satisfaz;

Estratégias de remediação.

Nota: o mesmo para o caso de gráfico.

Tabela das dificuldades diagnosticadas

Comportamento

Referir, no geral, o comportamento da turma;

Referir casos problemáticos, caso existam;

Referir casos de assiduidade mais pertinentes.

Competências a desenvolver

Competências Gerais;

Competências Transversais;

Conteúdos/ Competências por Disciplina;

Articulação das Disciplinas;

Critérios de Avaliação por Disciplina;

Avaliação do Projeto de Turma.

O Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo, para além da sua abertura à comunidade que a rodeia, estabeleceu relações de cooperação e de parceria com as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Vieira do Minho;
- Centro de Saúde de Vieira do Minho;
- Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho;
- GNR (Escola Segura) de Vieira do Minho;
- Bombeiros Voluntários de Vieira do Minho;
- Associação Industrial e Comercial de Braga;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP (Fafe);
- Segurança Social de Vieira do Minho;
- Empresas locais e regionais - a escola promoverá parcerias e colaboração com empresas locais e regionais com vista à implementação de cursos CEF, e

Profissionais, sempre que se exijam instalações específicas para a prática de actividades profissionais e estágios, ou, numa fase pós-formação, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho;

- Exposição Interactiva – Ciência em Movimento".

6. AVALIAÇÃO DO PCA

O PCA terá a duração de quatro anos, sendo avaliado por todas as estruturas de gestão e parceiros, em relatório a efectuar (Anexo I do PEA), de forma sistemática, sendo no final do ano lectivo feito o balanço pelo CP através de um relatório, elaborado tendo por base o mesmo anexo, onde para além deste documento é avaliado o PEA e o PAA. Uma equipa constituída no âmbito do CP procederá ainda a atualizações ao longo deste período, anualmente e sempre que se justifique. Essas atualizações, a aprovar em CP, resultarão de recomendações, sugestões ou propostas feitas pela tutela, estruturas de gestão e parceiros, bem como de todos os interessados em contribuir para a melhoria do projecto que a todos implica.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

Dewey, John